



## A Situação Demográfica Recente em Portugal

### Autoras:

**Maria José Carrilho**

Instituto Nacional de Estatística / Gabinete do Presidente

Email: mjose.carrilho@ine.pt

**Lurdes Patrício**

Instituto Nacional de Estatística / Departamento de Estatísticas Sociais

Email: lurdes.patricio@ine.pt

### Resumo:

A população portuguesa continua a crescer embora com um ritmo mais modesto e a imigração permanece como a componente principal da dinâmica populacional. A baixa da fecundidade e da mortalidade infantil, o aumento da esperança de vida, sobretudo entre os homens, e as fortes correntes imigratórias são os aspectos marcantes da evolução demográfica recente. A diminuição do número de casamentos e o acréscimo, tanto dos nascimentos com coabitação dos pais como dos divórcios, confirmam as mudanças nos modelos familiares em Portugal.

Analisam-se, no presente trabalho, os comportamentos das variáveis demográficas responsáveis pelas grandes alterações ocorridas na estrutura da população e que determinaram o grau de envelhecimento da população e a dimensão que a mesma observa.

**Palavras Chave:** População, Fecundidade, Mortalidade Infantil, Esperança de vida, Migrações, Envelhecimento

### Abstract

The pace of population growth is slowing down but the immigration flows

The demographic changes in Portugal

remain its most important component. The low fertility, the increase of expectancy of life, more rapid among men, and the substantial immigratory flux are the remarkable aspects of the demographic evolution in Portugal. The fall in the number of marriages and the rise in both the number of wedlock births and the number of divorces confirm the new familiar models in Portugal.

This paper intends to study the patterns of demographic variables responsible for the major changes in both population size and age structure of the population and culminating in its significant ageing.

**Key words:** Population, fertility, infant mortality, expectancy of life, migrations, ageing

## Introdução

A nova *Situação Demográfica Recente em Portugal* dá continuidade à análise divulgada na Revista de Estudos Demográficos nº 36 e actualiza-a com as mudanças ocorridas em 2004, no campo da natalidade, mortalidade e das migrações, procurando evidenciar os aspectos mais relevantes. Em termos de tendências não se registam alterações significativas.

Escolheu-se como período central de análise os anos entre 1 de Janeiro de 1994 e 1 de Janeiro de 2005 com o objectivo de abarcar a primeira fase de implementação do Programa de Acção adoptado na Conferência de População e Desenvolvimento bem como das Recomendações da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres realizadas, respectivamente, em 1994, no Cairo e 1995, em Pequim. Deste modo, consegue-se uma avaliação das metas demográficas alcançadas em Portugal. As causas e os efeitos dos fenómenos demográficos revelam-se no longo prazo, o que determina, em alguns casos, uma análise das variáveis para um período de tempo mais vasto do que o período seleccionado.

No presente artigo utilizam-se as estimativas definitivas intercensitárias para o período 1991-2000 e as estimativas provisórias pós-censitárias para os anos de 2001-2004 assentes nos resultados definitivos dos Recenseamentos Gerais da População de 1991 e 2001, ajustados com as taxas de cobertura medidas nos respectivos Inquéritos de Qualidade. As referidas estimativas de população residente reportam-se à geografia existente à data da realização dos Censos.

## 1. População

A dinâmica do crescimento da população residente em Portugal, no período de 1994-2004, caracteriza-se pela redução do saldo natural, provocada pela queda da natalidade, por fortes saldos migratórios positivos, para os quais se estima a inversão da tendência em 1993, e pelo agravamento progressivo do envelhecimento demográfico isto é, pelo aumento da proporção da população idosa (65 ou mais anos) no total da população.

Quadro 1

### Evolução da Situação Demográfica em Portugal, 1993-2004

Indicadores	Anos					
	1993	1994	1995	1996	1997	1998
População Residente Média (milhares)	9 982,6	10 004,1	10 030,4	10 057,9	10 091,1	10 129,3
População Residente em 31.XII (milhares)	9 990,6	10 017,6	10 043,2	10 072,5	10 109,7	10 148,9
Relação de Masculinidade (%)	93,0	93,0	93,0	93,1	93,1	93,1
Nados vivos	113 949	109 213	107 084	110 243	112 933	113 384
Óbitos	105 950	99 232	103 475	106 881	104 778	106 198
Saldo Natural	7 999	9 981	3 609	3 362	8 155	7 186
Saldo Migratório	8 000	17 000	22 000	26 000	29 000	32 000
Acréscimo Populacional	15 999	26 981	25 609	29 362	37 155	39 186
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,08	0,10	0,04	0,03	0,08	0,07
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,08	0,17	0,22	0,26	0,29	0,32
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,16	0,27	0,26	0,29	0,37	0,39

Indicadores	Anos					
	1999	2000	2001	2002	2003	2004
População Residente Média (milhares)	10 171,9	10 225,8	10 293,0	10 368,4	10 441,1	10 502,0
População Residente em 31.XII (milhares)	10 195,0	10 256,7	10 329,3	10 407,5	10 474,7	10 529,3
Relação de Masculinidade (%)	93,2	93,3	93,4	93,5	93,7	93,7
Nados vivos	116 002	120 008	112 774	114 383	112 515	109 262
Óbitos	107 871	105 364	105 092	106 258	108 795	101 932
Saldo Natural	8 131	14 644	7 682	8 125	3 720	7 330
Saldo Migratório	38 000	47 000	65 000	70 000	63 500	47 240
Acréscimo Populacional	46 131	61 644	72 682	78 125	67 220	54 570
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,08	0,14	0,07	0,08	0,04	0,07
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,37	0,46	0,63	0,68	0,61	0,45
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,45	0,60	0,71	0,75	0,64	0,52

Fonte: INE, Estimativas de População Residente, 1993 - 2004, aferidas com os resultados definitivos dos Censos 2001, tendo em conta os erros de cobertura dos Censos 1991 e 2001 e Estatísticas Demográficas.

Em 31 de Dezembro de 2004, a população residente em Portugal foi estimada em 10 529 255 indivíduos, dos quais 5 094 339 homens e 5 434 916 mulheres. Comparativamente ao ano anterior, a população residente aumentou 54 570 indivíduos, ou seja 0,52%, confirmando-se a desaceleração do ritmo iniciada em 2003. O acréscimo manteve-se mais acentuado nos homens (0,55%) do que nas mulheres (0,49%).

A principal causa do crescimento da população, à semelhança do que se vem observando desde 1994, foi o saldo migratório positivo (0,45%), dado que o saldo natural permaneceu fraco (0,07%). De notar que o excedente dos nados vivos sobre os óbitos, durante o período em estudo, apenas ultrapassou os 10 000 indivíduos em 2000.

Tanto o número de número de nados vivos (-2,9%) como o de óbitos (- 6,3%) registam evoluções negativas face a 2003, sendo esta última a que explica o aumento do saldo natural para quase o dobro do observado no ano anterior (7330). Se a variação dos nados vivos se inscreve nas oscilações normais anuais, quer no sentido positivo quer negativo que o acontecimento observa, a dos óbitos exprime um significativo recuo da mortalidade. Curiosamente, idêntica baixa ocorreu na mesma variável dez anos antes.

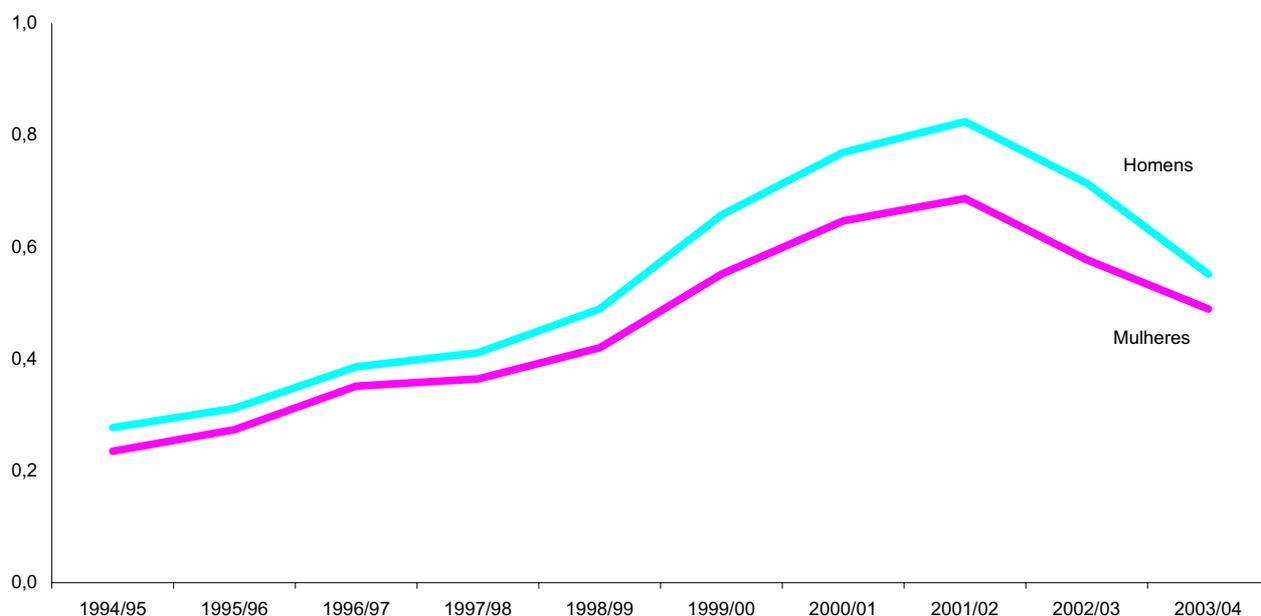
Estima-se que em 2004, o saldo migratório tenha atingido cerca de 47 240 indivíduos (57 920 entradas e 10 680 saídas), valor inferior em 16 260 ao do ano anterior, como consequência do desacelerar dos fluxos de entrada e o aumento dos fluxos de saída. Nos anos recentes, a imigração ganhou importância, em particular a com origem nos países da Europa de Leste, do Brasil, China e São Tomé e Príncipe.

O comportamento evolutivo das variáveis demográficas explica o acentuar do ritmo de crescimento da população residente em Portugal, sobretudo, a partir da segunda metade dos anos noventa no século XX, e o abrandar nos dois últimos anos observados.

De 1 de Janeiro de 1995 a 31 de Dezembro de 2004 estima-se que a população tenha aumentado cerca de 540 mil pessoas evoluindo segundo uma taxa moderada de 0,56%, média anual. O ritmo é mais acentuado nos homens, correspondendo a maior diferença ao período mais intenso de entrada de imigrantes.

Figura 1

### Taxas de crescimento da população residente (%), Portugal 1994 - 2004



Entre 1994 a 2004 o saldo natural reduziu-se 27% apesar dos aumentos conjunturais da natalidade nos últimos anos do século passado. O acréscimo populacional registado reparte-se entre 15% para o saldo natural e 85 % para o migratório.

As diferentes evoluções das variáveis demográficas não foram uniformes e permitem dividir o período em análise em três fases:

*Na primeira fase*, de 1994 a 1996, a variação da população atingiu cerca de 82 mil indivíduos, sendo 79% explicada pelo saldo migratório. Este período é marcado por saldos naturais tendencialmente mais fracos, pertencendo aos anos de 1995 e 1996 os menores valores. A taxa média anual de crescimento da população foi fraca (0,27%).

Os anos de 1996 a 2000, correspondem à *segunda fase* de evolução demográfica recente, durante a qual o ritmo de crescimento da população acelera (0,45%) e quase duplica comparativamente à fase anterior. Tanto a componente natural como a migratória observam uma recuperação de níveis e a primeira reforça ligeiramente a sua importância relativa no crescimento da população, apesar de apenas justificar apenas 19% do mesmo.

A *última fase* coincide com os quatro primeiros anos do século XXI durante os quais a população evoluiu segundo uma taxa média anual de 0,64%. Caracteriza-se por fortes saldos migratórios, com tendência para desacelerar o ritmo, mas que contribuem para 90 % do crescimento da população, e diminutos saldos naturais.

Tendo como comparação a Europa alargada a 25 países, Portugal revela uma evolução no mesmo sentido embora com um ritmo superior ao da média estimada pelo Eurostat<sup>1</sup> (UE25= 0,50% em 2004). O Chipre detém a taxa de crescimento mais alta (2,5%), seguida da Irlanda (2,0%) da Espanha (1,6%) enquanto a Estónia (-0,30%), Hungria (-0,19%), Polónia e Alemanha (-0,04%) registam variações negativas. A Grécia continua a observar aumentos de população exclusivamente resultantes da imigração, dado que os saldos naturais são negativos.

As comparações internacionais devem ser cautelosas, pois o documento do Eurostat não clarifica se os países membros que realizaram a última vaga de Censos 2000 concluíram a revisão da série retrospectiva das estimativas de população e indicadores com base nos novos resultados.

Norte (35%) e Lisboa e Vale do Tejo (34%) são as regiões que mais contribuem para os efectivos populacionais do país. Mais de metade da população residente em Portugal concentrava-se, em 2004, nas NUTS Norte e Centro (52,4%). Se a estas duas NUTS se adicionar Lisboa e Vale do Tejo a concentração eleva-se a 86,5%, percentagem praticamente igual à observada em 1994.

Alentejo, Algarve e as Regiões Autónomas em conjunto não atingem o milhão e meio de habitantes. Contudo, apresentam evoluções opostas, pertencendo ao Algarve o mais forte acréscimo do período, quatro vezes superior à média do país (4,8%). Ao contrário, o Alentejo e a região Autónoma da Madeira observaram perdas de população, sendo a mais significativa a ocorrida nesta última.

A nível regional os ritmos de variação da população diferem como consequência dos comportamentos das variáveis demográficas e provocam as conhecidas assimetrias entre o interior e o litoral do país.<sup>2</sup> Ao Norte, às Regiões Autónomas e a Lisboa e Vale do Tejo pertencem as taxas de crescimento natural mais elevadas. No caso das duas NUTS do Continente o efeito conjugado de taxas migratórias positivas, bem mais intenso em Lisboa e Vale do Tejo, justifica o acréscimo populacional evidenciado. As Regiões Autónomas compensam a baixa gradual dos saldos naturais com a alteração de sentido dos movimentos migratórios ocorridos no início deste século. Em contraste, é no Alentejo, no Centro, e no Algarve que se localizam as taxas de crescimento natural negativas, acumulando esta última região a taxa migratória mais forte e tripla da do país.

Descendo a um nível geográfico mais fino, denota-se que saldos naturais fortemente negativos associados a saldos migratórios igualmente negativos originaram grandes perdas populacionais no período em análise, em particular nas regiões do interior. Em algumas zonas o ritmo de diminuição da população desacelerou nos anos mais recentes devido aos fluxos imigratórios.

<sup>1</sup> Eurostat (2005) - Statistics in Focus, Population and Social conditions, 15/2005.

<sup>2</sup> Sobre esta temática consultar INE (2005) "Estimativas Provisórias de População Residente, 2004, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios", Lisboa, Setembro 2005.

## 2. Natalidade e Fecundidade

O número de nados vivos de mães residentes em Portugal diminuiu em 2004 para 109 262, mantendo-se praticamente estável face a 1994. A variável confirmou a tendência em baixa retomada em 2003, sendo o ritmo de variação negativo inferior ao verificado no ano anterior.

Quadro 2

### Indicadores sobre a Natalidade, Portugal, 1993-2004

Indicadores	Anos					
	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Nados vivos	113 949	109 213	107 084	110 243	112 933	113 384
Relação de masculinidade à nascença	105	107	108	108	106	107
Nados vivos fora do casamento	19 298	19 464	19 972	20 563	22 063	22 802
Nados Vivos fora do casamento (%)	16,9	17,8	18,7	18,7	19,5	20,1
Nados Vivos fora do casamento com coabitação			15 297	15 534	16 774	17 196
Nados Vivos fora do casamento com coabitação (%)			76,6	75,5	76,0	75,4
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação			4 675	5 029	5 289	5 606
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação(%)			23,4	24,5	24,0	24,6
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	11,4	10,9	10,7	11,0	11,2	11,2
Índice Sintético de Fecundidade (nº médio de crianças por mulher)	1,51	1,44	1,41	1,44	1,47	1,48
Idade média ao nascimento do 1º filho	25,2	25,4	25,6	25,8	25,9	26,1
Idade média ao nascimento de um filho	27,5	27,6	27,8	28,0	28,1	28,3
Taxa de Reprodução Bruta	0,738	0,704	0,688	0,705	0,719	0,717
Taxa de Reprodução Líquida	0,717	0,685	0,669	0,685	0,700	0,698

Indicadores	Anos					
	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Nados vivos	116 002	120 008	112 774	114 383	112 515	109 298
Relação de masculinidade à nascença	106	108	107	108	107	106
Nados vivos fora do casamento	24 186	26 642	26 814	29 117	30 236	31 766
Nados Vivos fora do casamento (%)	20,8	22,2	23,8	25,5	26,9	29,1
Nados Vivos fora do casamento com coabitação	18 028	20 190	20 062	23 308	24 219	25 408
Nados Vivos fora do casamento com coabitação (%)	74,5	75,8	74,8	80,0	80,1	80,0
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação	6 158	6 452	6 752	5 809	6 017	6 358
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação(%)	25,5	24,2	25,2	20,0	19,9	20,0
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	11,4	11,7	11,0	11,0	10,8	10,4
Índice Sintético de Fecundidade (nº médio de crianças por mulher)	1,51	1,56	1,46	1,47	1,44	1,40
Idade média ao nascimento do 1º filho	26,4	26,5	26,8	27,0	27,4	27,5
Idade média ao nascimento de um filho	28,5	28,6	28,8	29,0	29,2	29,4
Taxa de Reprodução Bruta	0,736	0,760	0,712	0,719	0,705	0,685
Taxa de Reprodução Líquida	0,718	0,743	0,697	0,704	0,695	0,676

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2004.

A taxa bruta de natalidade que permanecia estável nos últimos anos e a rondar os 11 nascimentos com vida por mil habitantes, recuou para 10,4‰ em 2004, nível ligeiramente inferior ao estimado pelo Eurostat<sup>3</sup> para o conjunto dos 25 países membros (10,5‰). A taxa varia entre os 15,9 e os 8,9 continuando a mais elevada a pertencer à Irlanda (15,9‰ valor estimado para 2004), país que só muito recentemente deixou de assegurar as gerações. O valor mais baixo localiza-se na Alemanha com 8,6 nados vivos por mil habitantes. Tendo presente a limitações do indicador, que não reflecte a estrutura por idades, pode afirmar-se que a taxa bruta de natalidade segue a evolução contrária registada na maioria outros países da Europa Comunitária. De notar que a Espanha, Grécia e Itália, que no passado recente detinham taxas com níveis muito fracos, apresentam uma ligeira tendência em alta nos valores do indicador. E apenas a Itália observa níveis inferiores. Por outro lado, muitos dos novos países aderentes surgem com taxas inferiores à média comunitária. Contudo, deve-se ter presente que a análise assenta em taxas brutas que não têm em conta o efeito da estrutura etária das populações em comparação.

Os nados vivos de mães com nacionalidade estrangeira e residência no país multiplicaram por três a sua proporção no total nos nascimentos com vida entre 1995 e 2004, ano a que ascenderam a 7,8%.

As mães com nacionalidade dos países africanos de língua portuguesa (PALPs) continuam a deter a parte mais importante, e sempre crescente dos nados vivos: 1,3 % em 1995 contra 2,9% em 2004.

De ressaltar a tendência em alta dos nascimentos de filhos de mães imigrantes provenientes de países da Europa do Leste (0,06% em 1995 e 1,6% em 2004). Os filhos de mães nacionais da Ucrânia assumem-se, entre estes, como os mais importantes e representam quase metade.

Quadro 3

Nados vivos de mães residentes em Portugal, por nacionalidade, 1995-2004												
Continente / País de Nacionalidade	1995		1997		1999		2001		2003		2004	
	nº	%										
<b>TOTAL</b>	107 097	100,00	112 933	100,00	116 002	100,00	112 774	100,00	112 515	100,00	109 356	100,00
<b>Europa</b>	105 139	98,17	110 586	97,92	111 758	96,34	107 934	95,71	106 816	94,93	103 332	94,49
<b>UE 15</b>	105 078	98,11	110 516	97,86	111 629	96,23	107 553	95,37	105 299	93,59	101 625	92,93
Portugal	104 717	97,78	110 161	97,55	110 894	95,60	106 869	94,76	104 484	92,86	100 863	92,23
Alemanha	61	0,06	59	0,05	115	0,10	101	0,09	110	0,10	113	0,10
Bélgica	14	0,01	6	0,01	15	0,01	14	0,01	17	0,02	18	0,02
Espanha	81	0,08	69	0,06	120	0,10	99	0,09	147	0,13	119	0,11
França	53	0,05	73	0,06	333	0,29	280	0,25	330	0,29	300	0,27
Itália	14	0,01	15	0,01	17	0,01	24	0,02	31	0,03	27	0,02
Países Baixos	42	0,04	42	0,04	25	0,02	44	0,04	44	0,04	54	0,05
Reino Unido	74	0,07	73	0,06	79	0,07	95	0,08	108	0,10	103	0,09
Outros países UE 15	22	0,02	18	0,02	31	0,03	27	0,02	28	0,02	28	0,03
Moldava					5	0,00	63	0,06	223	0,20	238	0,23
Roménia	7	0,01	9	0,01	23	0,02	83	0,07	384	0,34	492	0,48
Ucrânia	1	0,00	4	0,00	8	0,01	120	0,11	590	0,52	664	0,64
Rússia	7	0,01	9	0,01	15	0,01	46	0,04	131	0,12	139	0,13
Outros países Europa	61	0,06	70	0,06	130	0,11	381	0,34	1 517	1,35	1 707	1,56
<b>África</b>	1 425	1,33	1 788	1,58	3 387	2,92	3 649	3,24	3 469	3,08	3 391	3,10
Angola	376	0,35	542	0,48	1 353	1,17	1 396	1,24	1 277	1,13	1 205	1,10
Cabo Verde	665	0,62	697	0,62	931	0,80	1 136	1,01	1 119	0,99	1 092	1,00
Guiné Bissau	206	0,19	281	0,25	464	0,40	495	0,44	483	0,43	492	0,45
Moçambique	34	0,03	58	0,05	244	0,21	218	0,19	163	0,14	146	0,13
S.Tomé e Príncipe	112	0,10	166	0,15	276	0,24	278	0,25	279	0,25	285	0,26
<i>Total dos PALPS</i>	<i>1 393</i>	<i>1,30</i>	<i>1 744</i>	<i>1,54</i>	<i>3 268</i>	<i>2,82</i>	<i>3 523</i>	<i>3,12</i>	<i>3 321</i>	<i>2,95</i>	<i>3 220</i>	<i>2,94</i>
Outros Países África	32	0,03	44	0,04	119	0,10	126	0,11	148	0,13	171	0,16
<b>América</b>	425	0,40	406	0,36	653	0,56	920	0,82	1 856	1,65	2 178	1,99
América do Norte	54	0,05	70	0,06	91	0,08	78	0,07	107	0,10	86	0,08
América Central e do Sul	371	0,35	336	0,30	562	0,48	842	0,75	1 749	1,55	2 092	1,91
Brasil	281	0,26	267	0,24	412	0,36	711	0,63	1 568	1,39	1 909	1,75
Outros Países América												
<b>Ásia e Oceania</b>	81	0,08	123	0,11	182	0,16	255	0,23	372	0,33	444	0,41
China	45	0,04	86	0,08	119	0,10	160	0,14	257	0,23	292	0,27
Outros Países Ásia e Oceania	36	0,03	37	0,03	63	0,05	95	0,08	115	0,10	152	0,14
Apátridas e Desconhecida	27	0,03	30	0,03	22	0,02	16	0,01	2	0,00	11	0,01
<i>Total de nados vivos de mães estrangeiras</i>	<i>2 380</i>	<i>2,22</i>	<i>2 772</i>	<i>2,45</i>	<i>5 108</i>	<i>4,42</i>	<i>5 905</i>	<i>5,24</i>	<i>8 031</i>	<i>7,14</i>	<i>8 493</i>	<i>7,77</i>

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

<sup>3</sup> Eurostat (2005- Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 15/2005

O ritmo de crescimento dos nados vivos cuja mãe tem nacionalidade estrangeira marca a variação anual recente dos nascimentos com vida em Portugal, embora a análise só possa ser feita a partir de 1995, ano em que a variável nacionalidade passou a ser inquirida.

Se se considerar a variação positiva da natalidade ocorrida no período entre 1995 e 2004 (2 259) consta-se que é explicada exclusivamente pelo nascimento de filhos de mães estrangeiras. Este incremento atenuou os efeitos no saldo natural resultantes da baixa de natalidade das mães portuguesas registada desde 2001.

Em Portugal é nas Regiões Autónomas dos Açores (12,5‰) e da Madeira (12,2‰) que o indicador regista, em 2004 os valores mais elevados. Em oposição, é a região do Alentejo que detém a taxa mais baixa (8,8‰) no caso das NUTS antigas.

O declínio da fecundidade deve ser avaliado quer pelo número anual dos nascimentos, com efeitos directos na dimensão da população, quer pela ordem de nascimento que permite estudar a concentração dos nascimentos, quer pelo indicador sintético de fecundidade que evidencia as modificações na dimensão da família e o grau de substituição das gerações.

Desde há mais de vinte anos que o nível de fecundidade em Portugal permanece continuamente inferior ao nível de substituição de gerações (2,1 crianças por mulher). Esta situação ocorreu cerca de cinco anos mais tarde do que a Itália embora nunca tenha alcançado níveis tão baixos como neste país.

A fecundidade em Portugal é caracterizada pelo seu envelhecimento, com a maior frequência da natalidade a passar do grupo etário dos 20-24 anos para o grupo dos 25-29 anos e o incremento dos nascimentos entre as mães com idades superiores a trinta anos.

Em 1995, a taxa de fecundidade no grupo etário dos 20-24 anos era de 64,5‰ e no final do período em análise, ou seja em 2004, situava-se em 48,2‰; evolução inversa sofreu o grupo etário dos 30-34 anos que subiu de 68,4‰ para 83,6 ao longo do mesmo período.

A análise do fenómeno segundo a ordem dos nascimentos evidencia um comportamento semelhante com os nascimentos nas idades mais avançadas a ganharem importância. De notar que entre 1995 e 2004 as taxas depois dos trinta anos praticamente duplicaram no que se refere aos primeiros nascimentos, os quais determinam o calendário actual da fecundidade em Portugal. Em 2004, e tendo como referência o ano anterior, a taxa de fecundidade de segunda ordem só aumentou na faixa etária dos 35-39 anos.

Quadro 4

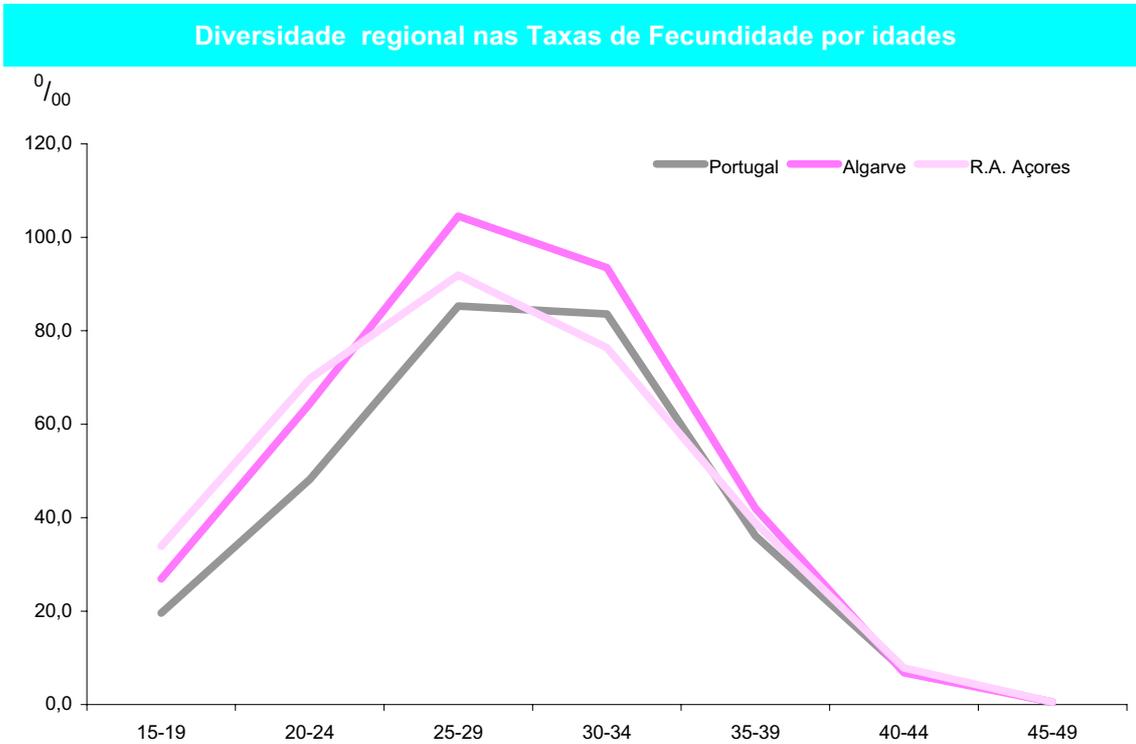
#### Taxas de Fecundidade Segundo a Ordem de Nascimento (‰), Portugal, 1995-2004

Idades	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>1ª. ordem</b>										
20-24	48,7	48,1	47,6	45,8	46,7	47,8	41,9	40,9	37,7	35,5
25-29	53,7	55,5	56,7	56,7	60,1	61,3	56,0	58,0	56,4	53,3
30-34	20,8	22,3	23,8	25,6	27,9	30,7	30,1	33,1	35,5	35,3
35-39	5,0	5,5	5,9	6,1	8,1	8,4	8,0	8,7	9,3	9,2
<b>2ª. ordem</b>										
20-24	12,7	12,7	12,9	12,7	12,2	12,3	12,0	11,3	10,9	10,3
25-29	34,3	34,3	34,1	32,6	31,6	31,8	29,4	28,0	26,6	25,3
30-34	32,9	35,5	37,3	39,0	39,0	40,7	38,3	38,2	37,7	37,2
35-39	9,3	10,4	11,5	13,1	14,0	15,2	15,5	16,0	16,2	16,5
<b>Total</b>										
20-24	64,5	63,8	63,5	61,3	61,6	63,0	56,7	54,6	51,2	48,2
25-29	98,0	99,3	100,3	98,1	99,5	100,7	92,7	93,1	89,7	85,3
30-34	68,4	72,8	75,6	79,2	80,2	84,5	80,9	83,4	84,6	83,6
35-39	24,7	26,5	28,3	30,1	32,8	34,3	33,8	35,1	35,7	36,1

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas 1995-2004

Todas as regiões do país apresentam a mesma tendência para adiar a fecundidade. Desde 1994 que a Região Autónoma dos Açores possui a taxa de fecundidade mais elevada nas adolescentes (15-19 anos), atingindo em 2004, 33,9‰, enquanto as mais baixas se conservam no Centro (15,3‰) e no Norte (16,9‰). Lisboa e Vale do Tejo agravou a taxa de fecundidade entre as adolescentes, de (20,2‰ em 1994 para 21,5‰ em 2004). Aos Açores pertence igualmente a maior frequência de nascimentos nas camadas etárias entre os 20-24 anos, situação que reflecte o desfasamento temporal do calendário em relação às outras regiões. Algarve é a única região com taxa superior a 100 nados por mil mulheres em idade fértil com idades iguais a 25 anos e inferiores a trinta anos. O Alentejo apresenta, em 2004, um padrão de fecundidade quase coincidente com o do país.

Figura 2



O índice sintético de fecundidade (ISF) que expressa o número de crianças por mulher tem descido embora não continuamente, para atingir o nível de 1,40 em 2004.

O indicador é inferior ao estimado para a UE<sup>4</sup> (1,50 crianças por mulher). De referir que o espaço comunitário registou novamente um ténue acréscimo do indicador, comparativamente ao ano anterior, em particular na Suécia (1,75) que mantém a tendência em alta (1,57 em 2001, 1,65 em 2002 e 1,71 em 2004) o Reino Unido, igualmente com 1,74 (contra 1,71 em 2003 e 1,64 em 2002). O nível mais elevado permanece na Irlanda (1,99) e os mais baixos na Eslovénia 1,22 crianças por mulher, nível muito próximo dos observados na Polónia e na República Checa (1,22). Os níveis de fecundidade alcançados na Europa são tão fracos que a hierarquização dos países se procede na ordem das centésimas.

Em 2004, as regiões que apresentam o mais baixo índice sintético de fecundidade são o Centro e o Norte (1,3 crianças por mulher) e os mais elevados mantêm-se na Região Autónoma dos Açores e no Algarve (1,6 e 1,7 crianças por mulher).

As taxas de reprodução bruta e líquida traduzem bem a evolução do índice sintético de fecundidade. De facto em 1981 a taxa líquida de reprodução era ligeiramente superior à unidade, o que significa que a substituição de cada geração estava assegurada ou seja, cada mãe tinha em média uma filha para a substituir. Nos anos noventa do século passado essa substituição não era garantida e cada mãe tinha ao longo do período fecundo, em média 0,7 crianças do sexo feminino, situação que se prolongou no início do século XXI. Acompanhando o andamento do índice sintético de fecundidade, o número de filhas revela-se, desde há mais de vinte anos, insuficiente para substituir as gerações de mulheres.

<sup>4</sup> Eurostat (2005) - Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 15/2005

A evolução da idade média ao nascimento de um filho confirma o adiar do nascimento. Numa primeira fase da baixa de natalidade, que corresponde aos anos sessenta e setenta, a idade média à maternidade seguiu a mesma tendência decrescente. O sentido inverte-se, quando a substituição das gerações deixa de ser assegurada, e que se localiza no início dos anos oitenta do século XX. Desde então que a idade média ao nascimento do primeiro filho ou de um filho, independentemente da ordem que ocupa na hierarquia dos nascimentos com vida não cessa de elevar-se.

Entre 1994 e 2004 as mulheres retardaram a idade média à primeira maternidade em 2,1 anos. As mulheres tiveram em 2004, o primeiro filho com a idade de 27,5 anos em média.

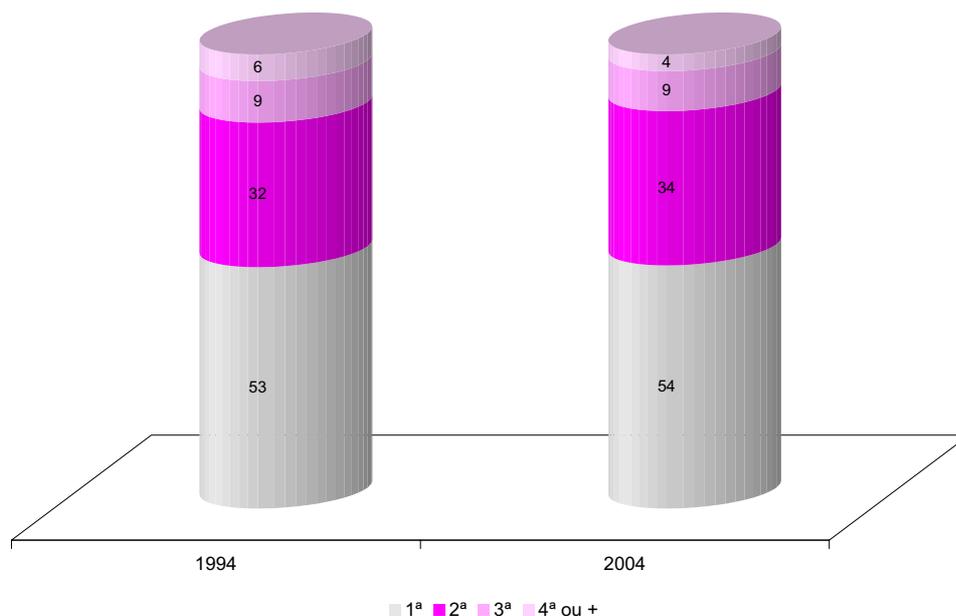
É na Região Autónoma dos Açores que as mulheres são mães pela primeira vez mais cedo, rondando a idade média à primeira maternidade os 25 anos e é em Lisboa e Vale do Tejo que a idade média ao nascimento do primeiro filho é mais tardia, aos 28 anos.

Quase 3 nados vivos em cada 10 ocorrem fora do casamento. O significativo acréscimo dos nados vivos fora do casamento de 17,8% em 1994 para 29,1% em 2004 surge como outra característica a ressaltar na evolução da fecundidade e permitiu que a proporção se aproximasse da observada na UE (30,2% em 2003). Dentro dos países com informação disponível para 2003 a Grécia ocupa a posição mais fraca (4,3%) e a Suécia a mais elevada (56,0%). Embora com ligeiras oscilações pode afirmar-se que quase todos os países evidenciam uma tendência em alta. Em Portugal, o aumento, traduzido numa taxa de variação no período em análise, de cerca de 60%, conjugado com a diminuição do número de casamentos celebrados indicia outras formas de conjugalidade. No mesmo sentido, a importância relativa dos nascimentos fora do casamento com coabitação dos pais confirma a opção dos casais por esta forma de vivência em comum. Os nados vivos fora do casamento têm uma tendência oposta à do total dos nascimentos.

É sobretudo na região do Algarve (45,8%) e de Lisboa e Vale do Tejo (38,9%) que se encontram as maiores proporções de nascimentos fora do casamento; em oposição, as percentagens mais baixas situam-se no Norte (19,5 %) e na Região Autónoma dos Açores (20,4%). Estas posições mantêm-se ao longo do período em análise, podendo avançar-se que é nas regiões de alta natalidade que o peso dos nados vivos fora do casamento é menor.

Figura 3

### Nados Vivos por Ordem de Nascimento (%), Portugal, 1994 e 2004



Desde 1988 que metade dos nascimentos com vida se reporta ao primeiro filho, importância relativa que se reforçou e atingiu 53,5% em 2004, contra 53,1% em 1994. A parte dos nascimentos de segunda ordem acompanha o comportamento da fecundidade, diminuindo quando esta começa a ser insuficiente para assegurar a substituição das gerações. Apesar de algumas oscilações, nota-se uma ligeira tendência em alta dos nascimentos de

segunda ordem no período em análise (34,0% em 2004 contra 31,8 em 1994), reflectindo o andamento da curva da natalidade nos últimos anos. Desde o final dos anos oitenta que a importância relativa dos nascimentos de terceira ordem representa menos de 10% do total dos nascimentos com vida, não cessa de recuar para se situar em 8,8% em 2004. Os nascimentos de ordem igual ou superior a quatro assumem, nos anos mais recentes, valores muito pouco expressivos.

### 3. Nupcialidade e divorcialidade

Em 2004, celebraram-se 49 178 casamentos confirmando-se a redução observada no ano anterior tendo a taxa bruta de nupcialidade descido para 4,7‰.

Quadro 5

#### Indicadores sobre a Conjugalidade e Divorcialidade, Portugal, 1993-2004

Indicadores	Anos					
	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Casamentos	68 176	66 003	65 776	63 672	65 770	66 598
Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)	6,8	6,6	6,6	6,3	6,5	6,6
Idade média ao 1º casamento						
Homens	26,5	26,7	26,8	27,0	27,1	27,2
Mulheres	24,7	24,8	24,9	25,1	25,3	25,4
Idade média ao casamento						
Homens	28,3	28,4	28,6	28,8	28,9	29,0
Mulheres	25,6	25,7	25,9	26,2	26,4	26,5
Indicador conjuntural dos 1ºs casamentos						
Homens	0,81	0,78	0,77	0,73	0,76	0,76
Mulheres	0,82	0,79	0,78	0,75	0,78	0,79
Divórcios	12 093	13 582	12 322	13 429	14 078	15 098
Taxa Bruta de Divorcialidade (‰)	1,2	1,4	1,2	1,3	1,4	1,5
Idade média ao divórcio						
Homens	39,7	39,7	40,5	41,4	41,0	40,9
Mulheres	37,6	37,2	38,2	39,0	38,5	38,3
Divórcios/Casamento	17,7	20,6	18,7	21,1	21,4	22,7
Taxa Bruta de Viuvez (‰)						
Homens	3,0	2,7	2,9	2,9	2,8	2,8
Mulheres	6,5	6,1	6,3	6,5	6,4	6,3

Indicadores	Anos					
	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Casamentos	68 710	63 752	58 390	56 467	53 735	49 178
Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)	6,8	6,2	5,7	5,4	5,1	4,7
Idade média ao 1º casamento						
Homens	27,3	27,5	27,8	28,0	28,4	28,6
Mulheres	25,6	25,7	26,1	26,4	26,8	27,0
Idade média ao casamento						
Homens	29,1	29,3	29,8	30,0	30,5	30,9
Mulheres	26,7	26,9	27,4	27,6	28,2	28,5
Indicador conjuntural dos 1ºs casamentos						
Homens	0,79	0,72	0,65	0,64	0,63	0,53
Mulheres	0,82	0,76	0,69	0,67	0,67	0,57
Divórcios	17 676	19 104	18 851	27 708	22 818	23 614
Taxa Bruta de Divorcialidade (‰)	1,7	1,9	1,8	2,7	2,2	2,2
Idade média ao divórcio						
Homens	40,3	40,9	40,8	40,3	40,5	43,0
Mulheres	37,8	38,4	38,2	37,8	39,3	40,4
Divórcios/Casamento	25,7	30,0	32,3	49,1	42,1	48,0
Taxa Bruta de Viuvez (‰)						
Homens	2,8	2,7	2,7	2,7	2,7	2,5
Mulheres	6,4	6,3	6,2	6,2	6,2	5,9

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Importa referir que Portugal observa a segunda taxa de nupcialidade mais elevada da UE cuja média foi estimada em 4,8‰ em 2003<sup>5</sup>. O valor mais elevado é pertença da Dinamarca (6,5‰) e o mais baixo, da Eslovénia (3,4‰, valor provisório) e da Bélgica (4,0‰, valor provisório). A Suécia regista dos níveis mais fracos (4,4‰), como seria de esperar tendo em conta a elevada proporção de nascimentos fora do casamento. O facto da Dinamarca associar o nível de nupcialidade mais forte com uma percentagem de nados vivos fora do casamento próxima de 45%, nível bastante acima da média comunitária, parece indiciar a formalização da vivência em comum.

Quadro 6

### Casamentos segundo o estado civil anterior (%) Portugal, 1993-2004

Indicadores	Anos					
	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Casamentos de mulheres solteiras	94,40	94,19	93,69	92,89	93,19	93,07
Casamentos de homens solteiros	91,58	91,32	90,82	90,41	90,76	90,63
Casamentos de mulheres viúvas	1,10	1,04	1,05	1,07	0,93	1,00
Casamentos de homens viúvos	2,11	1,93	1,96	1,72	1,73	1,66
Casamentos de mulheres divorciadas	4,50	4,77	5,25	6,05	5,87	5,93
Casamentos de homens divorciados	6,30	6,75	7,22	7,87	7,51	7,71

Indicadores	Anos					
	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Casamentos de mulheres solteiras	92,94	92,33	91,46	91,89	90,15	89,19
Casamentos de homens solteiros	90,64	90,03	89,09	89,16	87,73	86,90
Casamentos de mulheres viúvas	0,94	0,94	1,04	0,82	0,93	0,97
Casamentos de homens viúvos	1,54	1,59	1,66	1,38	1,42	1,45
Casamentos de mulheres divorciadas	6,12	6,74	7,49	7,28	8,92	9,84
Casamentos de homens divorciados	7,82	8,38	9,25	9,46	10,85	11,65

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

A proporção de casamentos de solteiros no total de casamentos diminuiu, tanto para homens como para mulheres. Reforçando a emergência de novos modelos familiares, nomeadamente a reconstituição de famílias, a importância relativa dos casamentos de divorciados continuou a crescer, representando, no final do período em análise, 9,8% entre as mulheres e 11,7% entre os homens. O recasamento de viúvos permanece mais frequente entre os homens (1,5%), com tendência para subir, à semelhança do que ocorre com as mulheres, facto que pode indiciar uma opção de viver em coabitação.

O indicador de primo nupcialidade inverteu o sentido a partir de 1999, tendo apenas 57% das mulheres celebrado o primeiro casamento até aos 50 anos em 2004, valor que baixa para 53% nos homens.

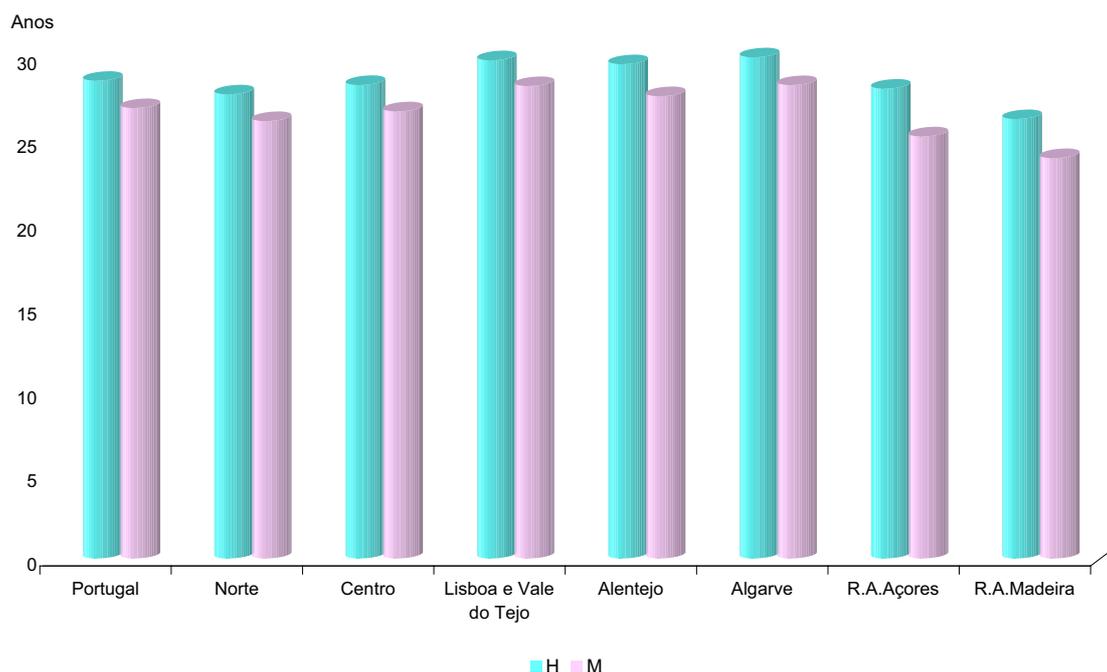
Em Portugal os jovens têm vindo adiar o casamento. Em 1994, os homens celebraram o primeiro casamento em média, com 26,7 anos, idade que se elevou para os 28,6 anos em 2004. Nas mulheres o adiamento é mais forte, com a idade a aumentar dos 24,8 para os 27,0 anos no mesmo período. A idade média ao casamento revela um comportamento semelhante.

Observa-se uma heterogeneidade na distribuição regional das idades médias ao primeiro casamento. É em Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve que tantos os homens como as mulheres casam pela primeira vez mais tarde. Ao contrário, é na Região Autónoma dos Açores que os primeiros casamentos ocorrem mais cedo (26,3 anos para os homens e 24,0 para as mulheres em 2004).

<sup>5</sup> Eurostat (2005) - Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 15/2005

Figura 4

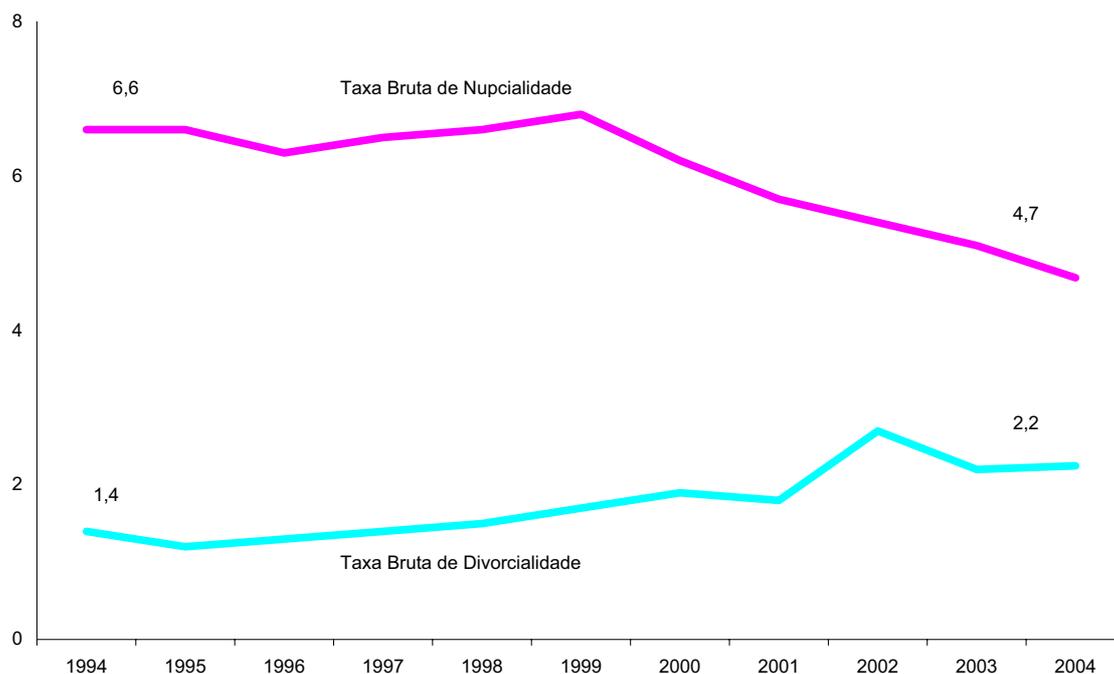
## Idade média ao primeiro casamento (anos), NUTS II, 2004



Os casamentos tornaram-se menos estáveis, situação bem evidenciada pelo acréscimo contínuo do número de divórcios, sobretudo no início do século XXI e pelo quociente entre o número de divórcios e o de casamentos. O forte aumento observado em 2002 pode reportar-se à mudança recente da legislação que facilita a obtenção da dissolução do casamento junto das conservatórias do registo civil. Em 2004, a variável retoma a tendência anterior, situando-se a taxa bruta de divorcialidade em 2,2 divórcios por mil habitantes, valor que tende a convergir com a taxa bruta de nupcialidade.

Figura 5

## Taxas brutas de nupcialidade e divorcialidade (%), Portugal, 1994 - 2004



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

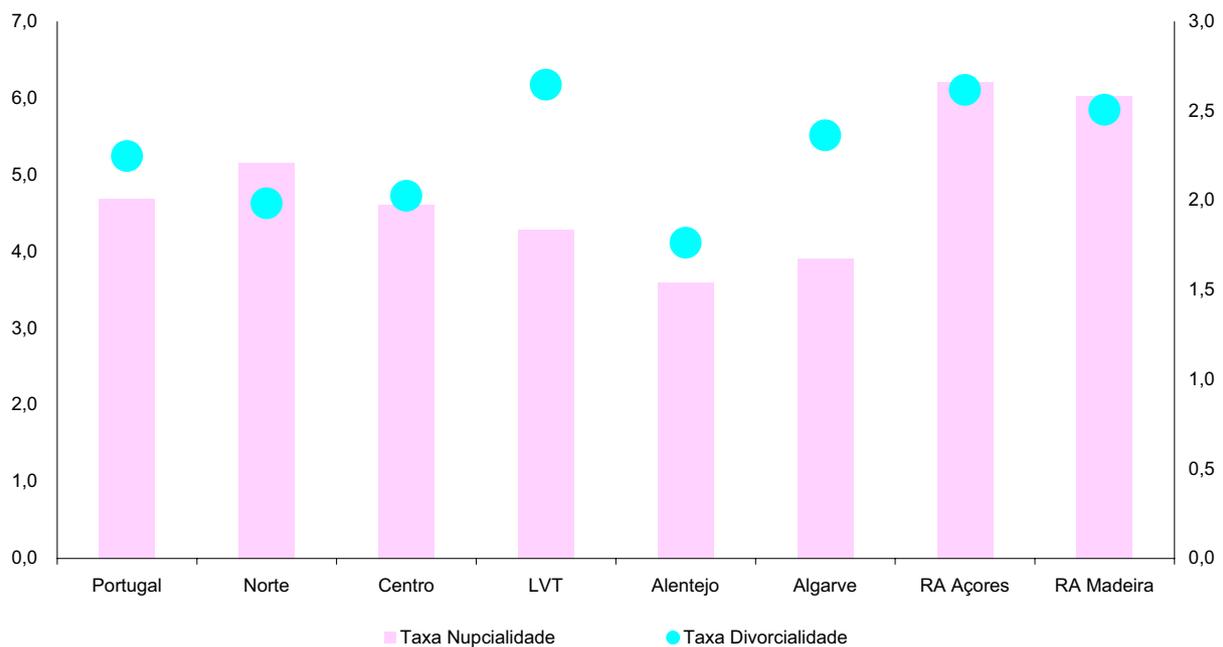
Portugal, tal como Espanha, regista uma taxa de divórcios que se insere na média comunitária do conjunto dos 25 países, (estimada para 2004 em 2,1 %) quase multiplicando por três as observadas na Irlanda e na Itália e duplicando a verificada na Grécia. A Bélgica, República Checa, Estónia Lituânia, e Dinamarca com níveis iguais ou superiores a 3 % possuem as taxas mais elevadas.

A idade média ao divórcio tem vindo a aumentar ao longo do período em análise, rondando, actualmente, os 43 anos para os homens e os 40 para as mulheres, reflectindo a diferença de idades ao casamento. Esta análise, à semelhança do ocorrido com o casamento, deve ter em conta o número de divórcios.

O ratio entre divórcios e casamentos não cessa de aumentar. Enquanto em 1994 por cada 100 casamentos celebrados havia 21 divórcios em 2004, a relação ascende a 48.

Figura 6

#### Taxas Brutas de Nupcialidade e Divorcialidade (por mil habitantes), NUTS II, 2004



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População

As disparidades regionais em termos de formação e dissolução de casamentos persistem. As Regiões Autónomas detêm as taxas de nupcialidade mais elevadas, seguidas do Norte. No que se refere às taxas de divorcialidade é no Centro, em Lisboa e Vale do Tejo, no Algarve e nas Regiões Autónomas que se encontram os valores mais expressivos. O Norte regista simultaneamente a taxa de nupcialidade mais elevada entre as regiões do Continente (5,2%) e a taxa de divorcialidade mais baixa do país (2,0%).

Estas taxas, sendo brutas, não têm em conta a estrutura etária de cada região e devem ser interpretadas com reservas, como anteriormente mencionado. Por outro lado, a diferente incidência do fenómeno de coabitação nas regiões do país não aconselha a retirada de ilações directas.

## 4. Mortalidade

É na diminuição da mortalidade e sobretudo no modelo de mortalidade por idades que se encontra a causa explicativa do envelhecimento no topo da pirâmide por idades. De facto os ganhos alcançados tornaram possível a sobrevivência de um número crescente de pessoas idosas.

Na UE esta situação ocorre com a designada primeira transição epidemiológica ligada à rarefacção dos óbitos causadas por doenças infecciosas e que terminou em toda a Europa Ocidental entre 1950 e 1960. A esta transição epidemiológica seguiu-se um novo período de recuo da mortalidade como consequência dos progressos terapêuticos na luta contra as doenças de degenerescência orgânica (cancro e doenças cardiovasculares) e a importância da prevenção.

Portugal, à semelhança da Espanha e da Grécia, na segunda metade do século XX estava afastado de outros países da UE em cerca de 10 anos na esperança de vida. O País vem a recuperar e em quarenta anos ganhou 12, 5 anos de vida nos homens e 13,7 anos nas mulheres.

Os anos 70 do século XX foram os anos de grande progresso no campo da mortalidade para os países da comunidade, embora com ritmos diferentes. A baixa da mortalidade implica todo um processo em que interagem os factores biológicos e o ambiente. Por outro lado, muitas doenças tornaram-se crónicas como é caso da SIDA em que os doentes a vivem mais de quinze com a doença, desde que tenham um adequado acompanhamento médico e terapêutico.

Em 2004, registaram-se 101 932 óbitos de residentes em Portugal, ou seja um decréscimo de 6,3 % face ao ano anterior.

Quadro 7

### Indicadores sobre a Mortalidade e Longevidade, Portugal, 1993-2004

Indicadores	Anos					
	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Óbitos	105 950	99 232	103 475	106 881	104 778	106 198
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	10,6	9,9	10,3	10,6	10,4	10,5
Óbitos com menos de um ano	985	867	796	747	726	682
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	8,6	7,9	7,4	6,9	6,4	6,0
Esperança de vida à nascença (anos)						
Homens	71,00	71,45	71,83	71,65	71,86	72,23
Mulheres	78,24	78,51	78,95	78,97	79,13	79,40
Esperança de vida aos 45 anos (anos)						
Homens	30,10	30,32	30,72	30,63	30,76	31,03
Mulheres	35,35	35,59	35,96	35,90	36,06	36,32
Esperança de vida aos 65 anos (anos)						
Homens	14,32	14,43	14,71	14,66	14,76	14,94
Mulheres	17,65	17,82	18,11	18,05	18,22	18,43

Indicadores	Anos					
	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Óbitos	107 871	105 364	105 092	106 258	108 795	101 932
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	10,6	10,3	10,2	10,2	10,4	9,7
Óbitos com menos de um ano	651	662	567	574	464	412
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	5,6	5,5	5,0	5,0	4,1	3,8
Esperança de vida à nascença (anos)						
Homens	72,46	72,89	73,39	73,68	74,00	74,53
Mulheres	79,57	79,90	80,37	80,56	80,57	80,98
Esperança de vida aos 45 anos (anos)						
Homens	31,14	31,40	31,78	31,91	31,94	32,26
Mulheres	36,40	36,60	36,98	37,13	37,10	37,39
Esperança de vida aos 65 anos (anos)						
Homens	14,97	15,18	15,55	15,68	15,68	15,95
Mulheres	18,46	18,64	19,01	19,15	19,07	19,30

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2004.

A taxa bruta de mortalidade estabilizou à volta dos 10 óbitos por mil habitantes, valor que se insere na média comunitária<sup>6</sup> (UE25= 9,5‰ em 2004). A taxa bruta de mortalidade mais elevada situa-se na região do Alentejo (13,6‰) e a mais baixa na região do Norte (8,3‰) em 2004.

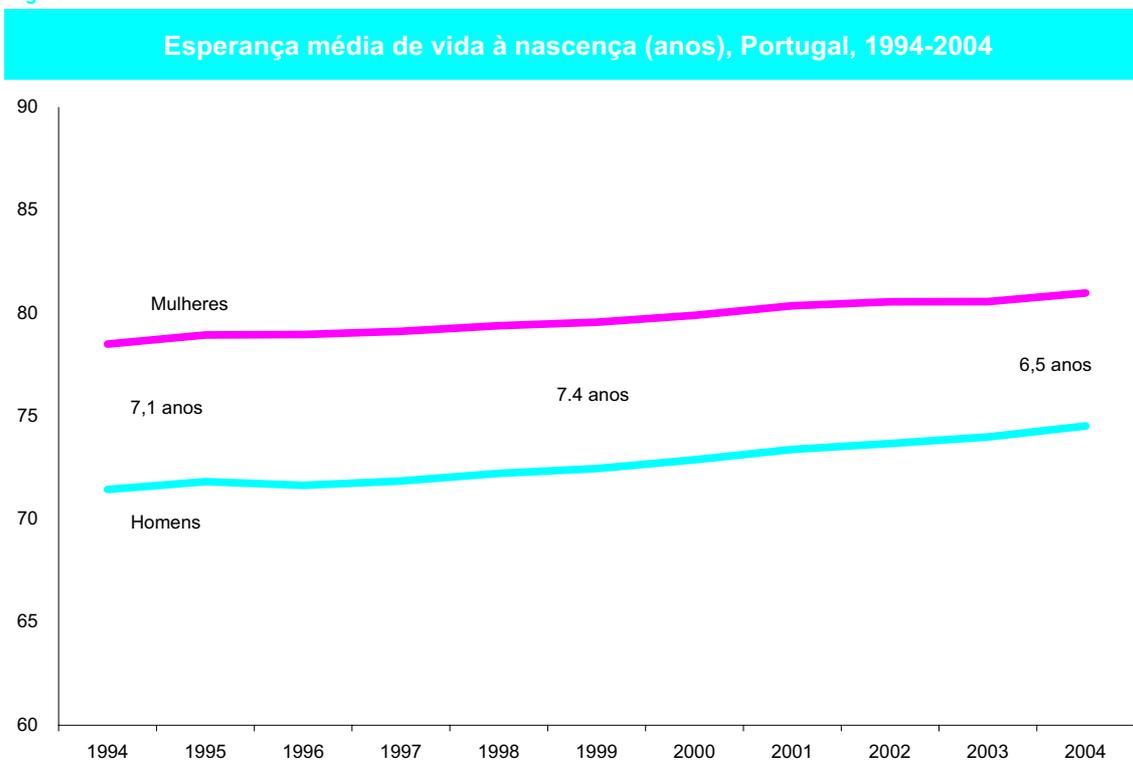
Entre os países da UE as taxas mais elevadas situavam-se na Letónia (13,8‰), Estónia (13,2‰) e na Hungria (13,1‰) seguidas, pela Lituânia (12‰) e mais afastadas, pela República Checa (10,5‰), Dinamarca (10,3‰) e a Suécia (10,1‰), países que registaram diminuições face ao ano anterior. Ao contrário, as taxas mais baixas encontram-se no Chipre (7,1‰), na Irlanda (7,2‰).

A partir de 1995 Portugal deixou de possuir a taxa de mortalidade infantil mais elevada entre os países da UE, aproximou-se dos padrões europeus, rondando os 5 óbitos com menos de um ano por mil nados vivos. Em 2004, o nível de Portugal situa-se nos 3,8 óbitos com menos de um ano por mil nados vivos, valor que coloca o país, pela segunda vez consecutiva com uma taxa inferior à média comunitária, estimada<sup>7</sup> para o mesmo ano (UE25 =4,5‰). A Letónia (9,4‰), Lituânia (6,8‰), Eslováquia (6,8‰), surgem com as taxas mais elevadas, enquanto a Suécia (3,1‰), Finlândia (3,3‰) e Espanha (3,5‰) observam os níveis mais baixos. De ressaltar que a Grécia (3,9‰) e a Itália (4,1‰), ainda recentemente com níveis inferiores aos portugueses assumem, no presente valores ligeiramente mais elevados. Os valores extremamente baixos que o indicador atingiu aconselham alguma prudência na sua análise anual e explicam as mudanças de posicionamento dos países.

## 5. Esperança de vida

A análise de tábuas de mortalidade sucessivas permite identificar o avanço no campo da esperança de vida. Entre 1994 e 2004 a esperança de vida à nascença aumentou em Portugal 3,1 anos para os homens e 2,4 anos para as mulheres e situou-se em 74,5 anos e 81,0 respectivamente, valores próximos da média europeia<sup>8</sup> (74,9 anos nos homens e 81,3 anos nas mulheres em 2004) e que o colocam num lugar intermédio tanto para os homens como para as mulheres.

Figura 7



Fonte: INE, Estimativas de População Residente (cálculo das autoras)

<sup>6,7 e 8</sup> Eurostat (2005) - Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 15/2005

O ritmo de crescimento da longevidade, no período em análise, foi mais rápido entre os homens (4,3%) do que entre as mulheres (3,1%), provocando o atenuar do fenómeno da sobremortalidade masculina, à semelhança do verificado em outros países.

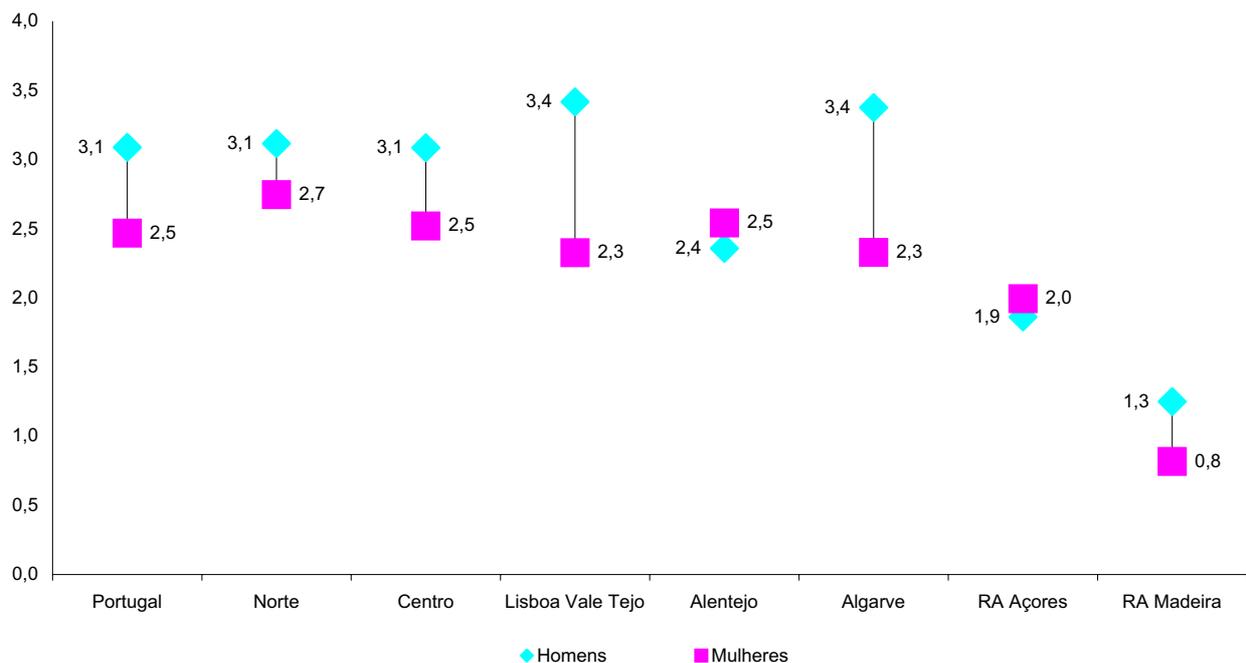
Com o alargamento da Europa Comunitária aumenta a amplitude da esperança de vida observando-se os valores mais elevados, para os homens, na Suécia (78,4 nos) e para as mulheres em Espanha e França ambos com 83,8 anos. Os níveis mais baixos são pertença da Letónia, Estónia, Lituânia e Hungria, e ainda muito afastados dos 70 anos no caso dos homens e dos 78 anos para as mulheres (excepto a Lituânia que tem 77,8 anos).

O aumento da longevidade tende a atenuar-se à medida que os ganhos em termos de anos de vida progridem. Esta evolução estendeu-se a todas as regiões NUTS II do país, embora com diferente intensidade. É no Centro que tanto homens como mulheres viviam em média, em 2003/2004, o maior número de anos (75,2 anos e 81,5 anos, respectivamente). Ao contrário, é nas regiões autónomas que em média se vive menos, não tendo os homens conseguido ultrapassar os setenta anos enquanto as mulheres alcançam os 77,7 anos de vida média.

Os maiores ganhos em termos de esperança média de vida no período analisado observam-se, no caso dos homens, em Lisboa e Vale do Tejo e Algarve e quantificaram-se em 3,4 anos para os homens. Para as mulheres o maior acréscimo regista-se no Norte e cifra-se em 2,7 anos. Em oposição, os menores ganhos ocorreram na Região Autónoma da Madeira (1,3 nos homens e 0,8 anos nas mulheres) que continua assim a ocupar a última posição em termos de vida média, nos homens com 68,8 anos.

Figura 8

#### Ganhos em esperança de vida à nascença (anos), NUTS II, 1994 - 2004



Fonte: INE, Estimativas de População Residente (cálculo das autoras)

Actualmente, estima-se que os homens que atinjam os 60 anos de idade vivam ainda mais 19,8 anos, enquanto as mulheres que alcancem a mesma idade podem esperar viver mais 23,7 anos. Os ganhos foram idênticos nos dois sexos, face aos valores estimados no período anterior.

Nota-se um retrocesso na esperança de vida em 2003/2004, em algumas regiões sobretudo nas idades mais avançadas. A partir dos 65 anos os ganhos de vida em relação ao período anterior sofreram ligeiras quebras em todas as regiões, com excepção de Lisboa e Vale do Tejo, sobretudo as mulheres.

O aumento de longevidade tende a atenuar-se à medida que os ganhos de vida progridem.

A sobremortalidade masculina está bem visível na análise da mortalidade para cada sexo e idades. O excesso de mortalidade masculina face à mortalidade feminina, expresso através da relação da sobremortalidade, cresce desde a nascença e atinge o valor máximo no ano de 2004 na idade exacta dos 20 anos, idade em que o risco de morte é praticamente igual a três homens por cada mulher. O rácio desce gradualmente com o avanço da idade, permanecendo triplo até à idade dos 45 anos. Aos 75 anos o risco de morte dos homens é praticamente metade do observado aos 20 anos.

As razões desta longevidade são conhecidas e prendem-se com a maior protecção hormonal que a mulher possui até atingir a menopausa. Os avanços na medicina e a adopção de tratamentos hormonais de substituição, eventualmente podem conferir uma posição favorável às mulheres que contrabalança todas as situações de stress, provocadas pela sua maior participação no mercado de trabalho, envolvimento em acidentes de veículos a motor e a adopção de comportamentos de risco semelhantes aos dos homens, no que se refere ao consumo de álcool e tabaco.

O aumento da esperança de vida tem sido transversal a todas as idades, destacando-se os aumentos às idades exactas dos 20 e dos 45 anos, em ambas superiores a dois anos. Entre 1994 e 2004 o aumento de anos de vida dos homens que sobreviveram até aos 50 anos ultrapassou os dois anos e o das mulheres foi mais ténue.

Actualmente, estima-se que os homens que atinjam os 65 anos vivam em média mais cerca de 16 anos enquanto para as mulheres a vida média esperada e à mesma idade, sobe para 19 anos. Enquanto que os homens que chegam aos 80 anos podem viver mais um ano do que dez anos antes, as mulheres conseguiram um ganho mais modesto (0,7 anos).

Espera-se que em 2004, de 100 000 nados vivos, só 92 010 homens alcancem a idade exacta dos 50 anos, número substancialmente inferior ao das mulheres que sobrevivem à mesma idade (96 563).

De ressaltar que o número de homens sobreviventes aos 80 anos (44 177), em 2004, é inferior ao número de mulheres sobreviventes à mesma idade em 1994 (57 779).

Quadro 8

## Esperança de vida e níveis de sobrevivência às diversas idades, Portugal, 1994-2004

Anos	e <sub>0</sub> anos		e <sub>20</sub>		e <sub>50</sub>		e <sub>60</sub>		e <sub>70</sub>		e <sub>80</sub>	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
<b>Esperança de vida (ex)</b>												
1993/94	71,45	78,51	52,88	59,57	25,99	30,96	17,99	22,06	11,19	13,85	5,99	7,35
1995/96	71,65	78,97	52,94	59,90	26,33	31,27	18,26	22,31	11,41	14,05	6,14	7,46
2000/01	73,39	80,37	54,38	61,08	27,49	32,35	19,29	23,32	12,15	14,92	6,81	8,17
2001/02	73,68	80,56	54,61	61,25	27,63	32,50	19,43	23,45	12,27	15,03	6,86	8,18
2002/03	74,00	80,57	54,81	61,24	27,67	32,45	19,46	23,40	12,26	14,94	6,75	8,01
2003/04	74,53	80,98	55,26	61,58	27,97	32,73	19,75	23,66	12,46	15,16	6,86	8,14
Anos	l <sub>0</sub> anos		l <sub>20</sub>		l <sub>50</sub>		l <sub>60</sub>		l <sub>70</sub>		l <sub>80</sub>	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
<b>Número de sobreviventes (lx)</b>												
1993/94	100 000	100 000	97 814	98 580	89 898	95 284	81 886	91 373	65 271	82 398	35 881	57 779
1995/96	100 000	100 000	98 026	98 746	89 489	95 541	81 871	91 857	65 748	83 201	37 147	59 316
2000/01	100 000	100 000	98 518	99 056	90 712	96 082	83 887	92 750	69 484	85 110	41 301	63 051
2001/02	100 000	100 000	98 609	99 092	90 976	96 173	84 174	92 898	69 948	85 413	42 063	63 939
2002/03	100 000	100 000	98 789	99 112	91 478	96 307	84 648	93 035	70 539	85 661	42 642	64 334
2003/04	100 000	100 000	98 921	99 206	92 010	96 563	85 328	93 384	71 707	86 224	44 177	65 637

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2004.

As principais causas de morte<sup>9</sup>, registadas em 2003, último ano para o qual existe informação disponível, são as doenças do aparelho circulatório (37,6%), os tumores/neoplasias (21,3%) e os sintomas, sinais e resultados anormais (10,0%). Entre as doenças do aparelho circulatório, as cerebrovasculares continuam a ser a primeira causa de morte em Portugal. Os problemas de hipertensão, níveis elevados de colesterol, os hábitos alimentares e os estilos de vida incluindo a sedentarização, explicam a importância que estas causas de morte assumem quando comparadas com os países da UE. As doenças cerebro-vasculares (17,5% do total das mortes) representam o dobro das cardiopatias isquémicas (8,8%), afectam principalmente as mulheres e têm a maior expressão nas idades avançadas, ocorrendo 42% a partir dos 65 anos. Em 2003, a importância relativa da morte devida à referida causa continuou a progredir e assume particular relevância entre os homens a partir dos 50 anos sendo praticamente o dobro da ocorrida nas mulheres. A situação inverte-se a partir dos 75 anos de idade, quando a sobremortalidade feminina se torna fortemente gravosa, traduzindo a maior longevidade da mulher. Pode afirmar-se que as doenças cérebro vasculares, à semelhança das doenças isquémicas, pneumonia, doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas e as doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos estão particularmente associadas ao envelhecimento.

Quadro 9

Principais causas de morte em Portugal, 2002 e 2003							
Causas de Morte	CID - 10 Lista Europeia	2002 (%)			2003 (%)		
		HM	H	M	HM	H	M
Tuberculose	4	0,32	0,49	0,15	0,32	0,48	0,15
Doenças pelo vírus da imunodeficiência humana (VIH)	7	0,94	1,48	0,34	0,89	1,38	0,38
Tumores Malignos	9	20,88	23,71	17,79	20,81	24,02	17,40
Tumor maligno do esófago	10	0,51	0,81	0,18	0,48	0,76	0,18
Tumor maligno do estômago	11	2,37	2,83	1,86	2,27	2,71	1,80
Tumor maligno do colon	15	2,07	2,21	1,92	2,12	2,20	2,03
Tumor maligno da laringe, traqueia, brônquios e pulmões	17	3,20	5,04	1,19	3,30	5,32	1,14
Tumor maligno da mama feminina	21	1,45	0,00	3,04	1,43	0,00	2,94
Tumor maligno da próstata	24	1,59	3,05	0,00	1,56	3,03	0,00
Tumor maligno do tecido linfático, hematopoético e tecidos relacionados	27	1,66	1,72	1,60	1,70	1,78	1,62
Diabetes Mellitus	33	4,17	3,31	5,11	4,17	3,45	4,94
Doenças do Aparelho Circulatório	34	38,44	33,58	43,74	37,60	32,78	42,71
Cardiopatias Isquémicas	35	8,94	9,45	8,38	8,82	9,03	8,59
Outras doenças cardíacas	36	6,59	5,33	7,97	6,44	5,21	7,75
Doenças cerebro-vasculares	39	18,34	15,15	21,81	17,51	14,62	20,59
Pneumonia	40	3,32	3,42	3,20	3,49	3,58	3,39
Doenças crónicas das vias aéreas inferiores	44	2,55	3,22	1,81	2,48	3,17	1,75
Doenças Crónicas do Fígado		1,56	2,19	0,87	1,46	2,08	0,81
Sintomas, Sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratoriais, classificados em outra parte	55	9,40	8,26	10,65	9,98	8,83	11,19
Outras Causas de Morte		18,44	20,35	16,34	18,80	20,23	17,28
TOTAL DE ÓBITOS		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Acidentes de transporte	60	38,67	41,18	31,69	35,47	38,72	27,28
Lesões autoprovocadas intencionalmente	63	21,11	22,42	17,46	20,52	22,02	16,71
Outras Causas de Morte Externas		40,22	36,40	50,86	44,01	39,26	56,01
TOTAL CAUSAS EXTERNAS DE MORTALIDADE	58	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

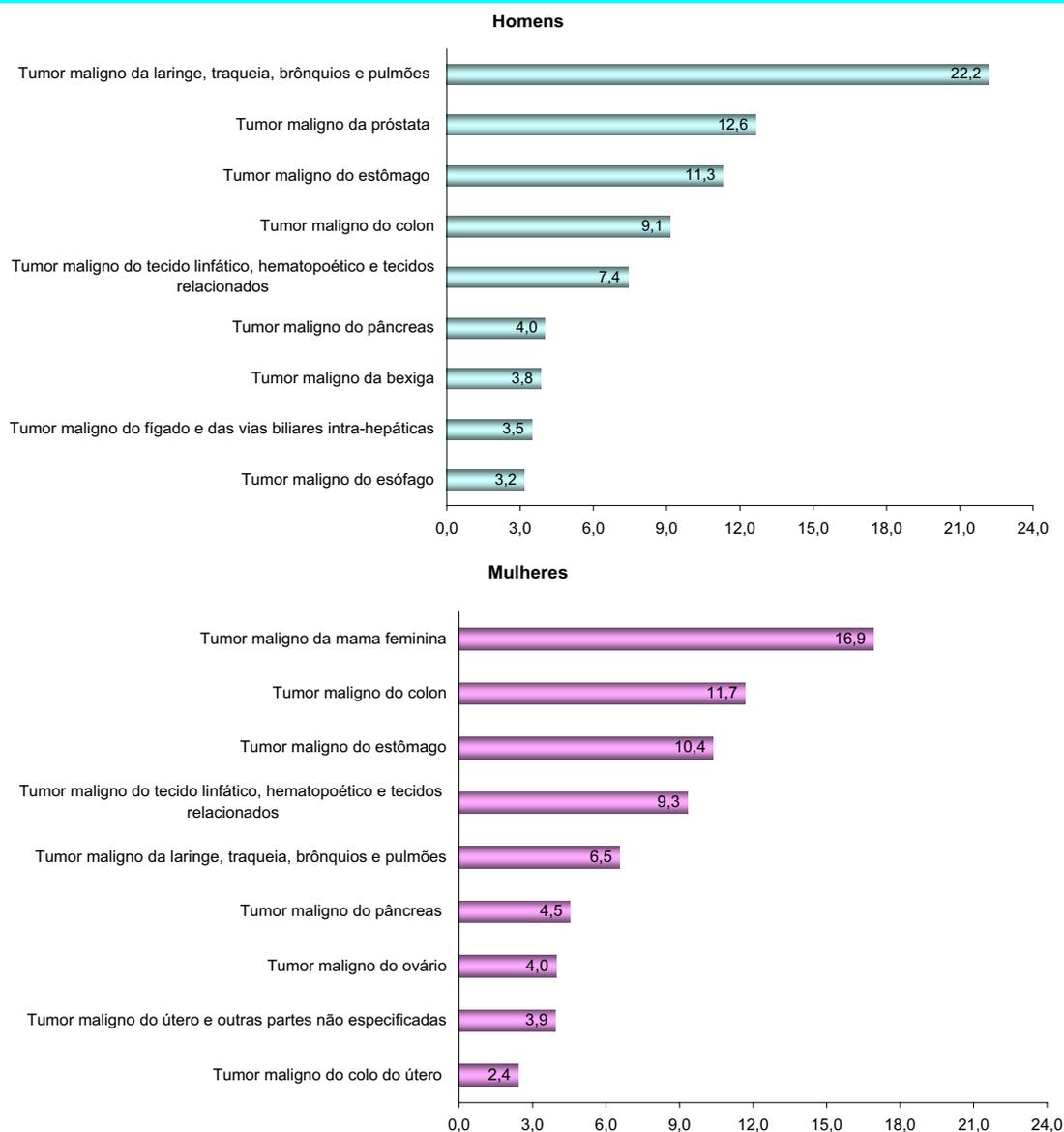
Fonte: INE, Estatísticas da Saúde, 2002 e 2003

Entre os tumores malignos, em 2003, o da laringe, traqueia, brônquios e pulmões ocupa o primeiro lugar como causa de morte, nos homens (22,2%) seguido do tumor da próstata (12,6%). Idêntica hierarquia é reservada, nas mulheres, ao tumor maligno da mama (16,9%) e ao do cólon (11,7%). O tumor do estômago adquire um peso mais expressivo nos homens (11,3%) do que nas mulheres (10,4%), e detém, em ambos os casos, a terceira posição.

<sup>9</sup> Com base na 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID 10), em vigor em Portugal desde 2002.

Figura 9

### Tumores malignos por sexo (%), Portugal, 2003 (CID - 10)



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde 2003

As mortes atribuídas aos tumores malignos da laringe, traqueia, brônquios e pulmões, para os homens, e ao do cólon, para as mulheres, não cessam de aumentar, tal como as doenças cérebro vasculares em qualquer dos sexos.

Em 2003, registaram-se 1 997 óbitos por acidente de transporte (CID-10, Lista Europeia) concentrando-se quase metade no grupo etário dos 15-39 anos, e em particular na faixa etária entre os 20 e os 24 anos.

Quadro 10

Óbitos causados por acidentes de transporte (CID - 10), Portugal, 2002 - 2003						
Idades	2002			2003		
	HM	H	M	HM	H	M
15-19	158	130	28	110	82	28
20-24	242	209	33	241	207	34
25-29	233	195	38	195	157	38
30-34	177	155	22	158	139	19
35-39	160	143	17	146	120	26
15-39	970	832	138	850	705	145
TOTAL	2 220	1 739	481	1 997	1 561	436
15-19	100,0	82,3	17,7	100,0	74,5	25,5
20-24	100,0	86,4	13,6	100,0	85,9	14,1
25-29	100,0	83,7	16,3	100,0	80,5	19,5
30-34	100,0	87,6	12,4	100,0	88,0	12,0
35-39	100,0	89,4	10,6	100,0	82,2	17,8
15-39	100,0	85,8	14,2	100,0	82,9	17,1
TOTAL	100,0	78,3	21,7	100,0	78,2	21,8

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde, 2002 e 2003

Não é possível com base no registo das Estatísticas de Saúde, fonte de informação, para o estudo do fenómeno da mortalidade apurar os óbitos causados por acidentes em veículos de duas rodas e se a morte ocorre enquanto condutores ou como passageiros.

A quase totalidade das mortes devidas às doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos observa-se nas pessoas idosas e, em particular nas mais idosas.

## 6. As migrações e a população estrangeira

O contributo das migrações na dinâmica do crescimento da população depende do sentido, das características que revelam e da sua duração. Desde 1993 que o saldo migratório é a principal componente do acréscimo populacional em Portugal.

Podem distinguir-se dois tipos de impacte dos migrantes na população de acolhimento. Um, que actua nos comportamentos demográficos de fenómenos como a fecundidade, modelos familiares e mortalidade, para o qual contribuem os imigrantes que permanecem há mais tempo no país. Outro, e este mais imediato incide sobre a estrutura da população ou seja na repartição por sexo e idades e são obra dos imigrantes recentes. Estas diferenças explicam-se pelos motivos que determinam a saída dos países de origem e que se prendem maioritariamente a motivos de natureza económica.

A população estrangeira de acordo com os Censos de 2001 é mais jovem do que a população nacional, e concentra-se na faixa da população em idade activa. Ora, esta é precisamente a população mais afectada pela emigração portuguesa, o que pode atenuar o efeito sobre a estrutura da população em idade activa.

A repartição por sexos da população estrangeira difere da população nacional na qual as mulheres são supranumerárias, como resultado da sua maior longevidade. Ao contrário, os homens predominam na população de nacionalidade estrangeira fruto provável da sua maior representatividade no processo migratório, sobretudo entre as populações não comunitárias. De facto, no início, as migrações por natureza económica são sobretudo masculinas. Em fase posterior, ocorre o reagrupamento familiar e os fluxos migratórios tendem para um maior equilíbrio na repartição por sexos. No entanto, nos anos mais recentes a relação de feminilidade desta população tem aumentado.

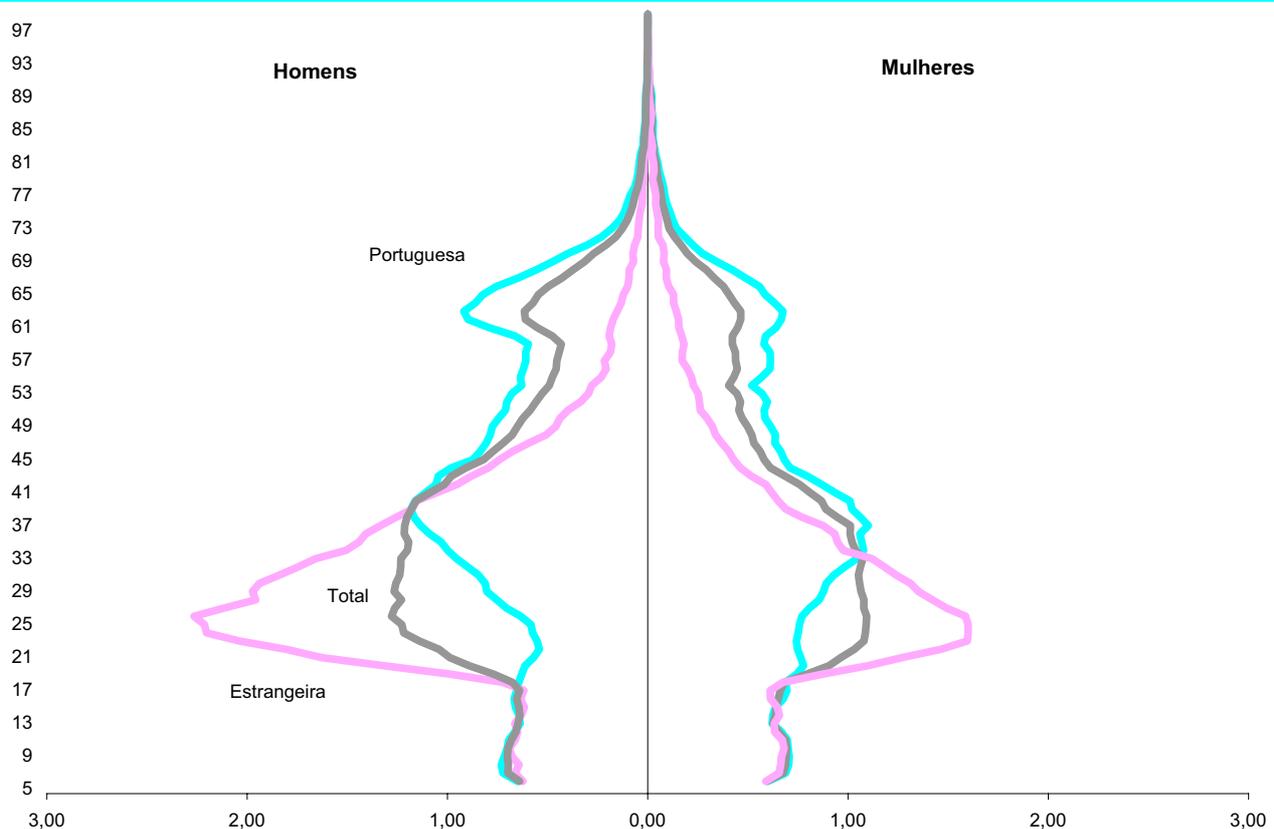
As migrações afectam a estrutura por sexo e por idades de uma população, quer de um modo directo, pela repercussão nos efectivos da população de origem e na de acolhimento, quer de um modo indirecto, pela transferência de nascimentos que podem ter associadas. Este aspecto está bem evidenciado nas pirâmides etárias da população residente total e da população estrangeira residente em Portugal.

A avaliação das migrações internacionais e internas em Portugal apresenta dificuldades particulares, na medida em que não existe um registo directo e exaustivo dos respectivos acontecimentos.

As migrações são no presente o principal factor a influenciar a variação das populações dos países desenvolvidos, devido aos diminutos saldos naturais alcançados, e Portugal como se mostrou não é excepção. A quantificação do fenómeno torna-se, assim, cada vez mais exigente.

Figura 10

### Pirâmide etária da população que em 31.XII.1995 residia no estrangeiro



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001; Em percentagem do respectivo total.

As entradas provenientes do estrangeiro têm duas componentes, uma a de indivíduos com nacionalidade estrangeira e outra de indivíduos com nacionalidade portuguesa, normalmente designados como regresso de emigrantes. Segundo os Censos 2001, confirma-se que esta última componente continua a ser relevante e atinge cerca de 60% do total dos indivíduos recenseados em Portugal e que declararam residir no estrangeiro em 1995, perde peso e corresponde a 51 % das entradas ocorridas posteriormente a 1999. Estas duas populações, de nacionalidade portuguesa e estrangeira apresentam estruturas por sexo e idades diferentes e consequentemente provocam efeitos também diferentes, pois os motivos que as conduzem são igualmente diversos<sup>10</sup>.

A população estrangeira com residência legalizada em Portugal no final do ano de 2004 ascendia, segundo o SEF, a 265 361 indivíduos, (números provisórios), ou seja uma variação positiva de 6,0% comparativamente ao ano anterior, e superior à registada de 2002 para 2003 (4,7%).

<sup>10</sup> Sobre esta temática ver MAGALHÃES, Maria da Graça "Migrações Inter NUTS II e Projecções Regionais de População Residente" no número 34 da Revista de Estudos Demográficos.

Quadro 11

População estrangeira com residência legalizada em Portugal, 1990-2004							
Continente / País de Nacionalidade	1990	1995	2000	2001	2002	2003*	2004*
<b>Total</b>	107 767	168 316	207 607	223 976	238 944	250 231	265 361
<b>Europa</b>	31 412	44 869	61 709	67 121	72 229	77 216	83 859
Alemanha	4 849	7 426	10 384	11 160	11 871	12 549	13 128
Bélgica	1 036	1 490	2 115	2 278	2 434	2 553	2 658
Espanha	7 462	8 887	12 232	13 653	14 607	15 307	15 916
França	3 239	4 743	7 194	7 818	8 381	8 856	9 312
Itália	1 181	1 918	3 032	3 384	3 775	4 192	4 592
Moldávia			15	45	97	270	1 042
Países Baixos	1 827	2 736	4 077	4 459	4 811	5 106	5 366
Reino Unido	8 457	11 486	14 096	14 946	15 896	16 870	18 005
Roménia	28	123	369	508	618	771	1 211
Rússia	166	313	519	596	699	862	1 158
Suécia	634	1 017	1 235	1 317	1 371	1 406	1 458
Suíça	605	1 095	1 363	1 405	1 470	1 556	1 622
Ucrânia		57	163	203	299	529	1 497
Outros Países Europa	1 928	3 578	4 915	5 349	5 900	6 389	6 894
<b>África</b>	45 255	79 231	98 754	107 273	114 386	118 012	123 093
Angola	5 306	15 829	20 407	22 736	24 767	25 626	26 702
Cabo Verde	28 796	38 746	47 092	49 830	52 227	53 454	55 590
Guiné Bissau	3 986	12 291	15 936	17 783	19 222	20 056	20 825
Moçambique	3 175	4 368	4 619	4 726	4 865	4 917	5 010
S. Tomé e Príncipe	2 034	4 082	5 437	6 304	6 968	7 279	7 928
Total dos Palops	43 297	75 316	93 491	101 379	108 049	111 332	116 055
Outros Países África	1 958	3 915	5 263	5 894	6 337	6 680	7 038
<b>América</b>	26 369	36 720	37 620	39 043	40 567	42 577	45 161
América Norte	8 993	10 853	10 201	10 187	10 143	10 119	10 129
EUA	6 935	8 484	8 026	8 027	8 004	7 999	7 998
América Central e do Sul	17 376	25 867	27 419	28 856	30 424	32 458	35 032
Brasil	11 413	19 901	22 222	23 439	24 784	26 559	28 956
Venezuela	5 145	4 554	3 501	3 515	3 515	3 526	3 470
<b>Ásia</b>	4 509	7 218	9 247	10 258	11 480	12 141	12 963
China	1 232	2 202	3 281	3 953	4 529	4 827	5 309
Índia	600	1 035	1 288	1 358	1 358	1 611	1 699
Japão	379	639	789	800	800	838	853
Paquistão	733	843	954	1 032		1 278	1 358
<b>Oceânia</b>	357	490	526	537	545	557	553
Austrália	336	442	470	746	483	489	485
Outros Países Ásia e Oceânia	1 565	2 499	2 935	3 115	4 793	3 587	3 744
Apátridas e Desconhecida	222	278	277	281	282	285	285

Fonte: Ministério da Administração Interna / Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (MAI/SEF)

\* Valores Provisórios

No que se refere às regiões de origem, constata-se que a grande maioria dos estrangeiros continua a ser de origem africana de língua portuguesa (PALP's), proporção que aumentou sempre nos anos noventa para se situar em 46,4%, em 2004. A população cabo-verdiana (20,9%) constitui a parte mais significativa da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, tendo, no entanto, perdido importância relativa, face a 1990 (menos 6 pontos percentuais), à semelhança da moçambicana (menos um ponto percentual). Ao contrário, os imigrantes com nacionalidade angolana cresceram de 4,9% para 10,1% e os guineenses de 3,7% para 8,1%. Os nacionais de São Tomé e Príncipe revelam uma tendência em alta, de 1,9% para 3,0%, no mesmo período, mas em número substancialmente inferior às nacionalidades mais relevantes.

Da Europa tiveram origem 31,6% dos indivíduos estrangeiros a residir legalmente em Portugal em 2004, representando uma variação positiva de 9% face ao ano anterior. Este acréscimo resulta do aumento dos fluxos provenientes dos países do leste europeu, em especial; da Ucrânia; Moldávia; Rússia e Roménia<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> Sobre esta temática ver Maria I. Baganha, José Carlos Marques e Pedro Góis "Imigrantes de Leste em Portugal" neste número da RED

Do conjunto dos países da UE, o Reino Unido (6,8%), Espanha (6,0%) e Alemanha (4,9%) assumem as posições mais importantes, mantendo os mesmos valores nos últimos anos. Os nacionais do Brasil subiram 30 % entre 1990 e 2004 e são responsáveis pela maioria dos residentes estrangeiros provenientes da América Central e do Sul. A Ásia ganha importância no conjunto da população estrangeira legalizada e atinge os 4,7% em 2004, contribuindo, essencialmente, os nacionais da China para o acréscimo.

Do total da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, em 2004, 54,4% eram indivíduos do sexo masculino e 44,6% do sexo feminino contra 55,1% e 44,9% no ano anterior continuando o atenuar da sobre representatividade masculina. A relação de masculinidade é particularmente elevada entre a população de nacionalidade africana, na qual por cada 100 mulheres residentes em Portugal existem 133 homens enquanto que a média de todas as nacionalidades se situa em 119 homens por cada 100 mulheres. O rácio é mais equilibrado entre a população europeia (110 homens por 100 mulheres). Dentro dos países da UE o número de mulheres excedia o de homens nas nacionalidades espanhola (103), a que se juntam as mulheres com nacionalidade brasileira (110) e outros países da América Central e do Sul, embora não muito expressivos em termos de efectivos. A relação de feminilidade tem vindo a subir, facto que indicia ou o intensificar da entrada de mulheres na situação de imigrantes ou por motivo de reagrupamento familiar.

Relevante é conhecer a repartição etária da população estrangeira em Portugal e avaliar, o seu impacte, na população de acolhimento, nomeadamente o possível efeito no atenuar do envelhecimento demográfico. Esta análise não é possível de momento, dado que o SEF não tem a referida informação tratada. Deste modo, só os resultados definitivos dos Censos 2001, permitem, conhecer, a estrutura etária da referida população.

Devido à intensidade do fenómeno imigratório em situação irregular realizaram-se duas operações de legalização extraordinária, em 1992 e em 1996, que originaram a legalização de 39 166 e 35 082 cidadãos estrangeiros, respectivamente. Em ambas as operações a maioria dos pedidos, cerca de 70% pertenceu aos nacionais dos países de língua portuguesa (PALP's) e dentro desta predominou a nacionalidade angolana, embora tenham perdido peso entre uma e outra.

No que se refere à emigração, os problemas em quantificar os fluxos agravaram-se em 1988 quando foi extinto o *Passaporte de Emigrante*<sup>12</sup> e com a adesão à União Europeia, devido à livre circulação de pessoas nas fronteiras e com o acordo de Shengen celebrado em 1999.

Na emigração portuguesa destacam-se algumas fases de evolução. Uma, que regista o primeiro grande surto emigratório da história contemporânea portuguesa, sobretudo para o Brasil, e que se localiza entre 1911 e 1920 atingindo o valor máximo em 1912; outra, de maior intensidade e que corresponde ao grande ciclo de emigração portuguesa para a Europa, ocorre durante a guerra colonial, situa-se entre 1962 a 1973, e origina a diminuição da população portuguesa durante este período. Ambas as fases têm subjacentes saídas de carácter permanente ou seja, por períodos iguais ou superiores a um ano. A partir do final dos anos oitenta, a emigração portuguesa, assume alguma expressão, mas prevalecem os fluxos de carácter temporário, ou seja por período inferior a um ano, situação que, segundo se estima, tenha tido continuidade no início do presente século<sup>13</sup>.

Adoptando uma média das correntes emigratórias permanentes e temporárias deduzida do Inquérito ao Movimento Migratório de Saídas (IMMS) realizado pelo INE, pode apontar-se para um total de 118 080 saídas no período de 1994-2003<sup>14</sup>, valores muito afastados dos verificados nos anos sessenta e início dos setenta do século vinte, quando só num ano se atingiu aquele quantitativo.

<sup>12</sup> Decreto-lei 438/88

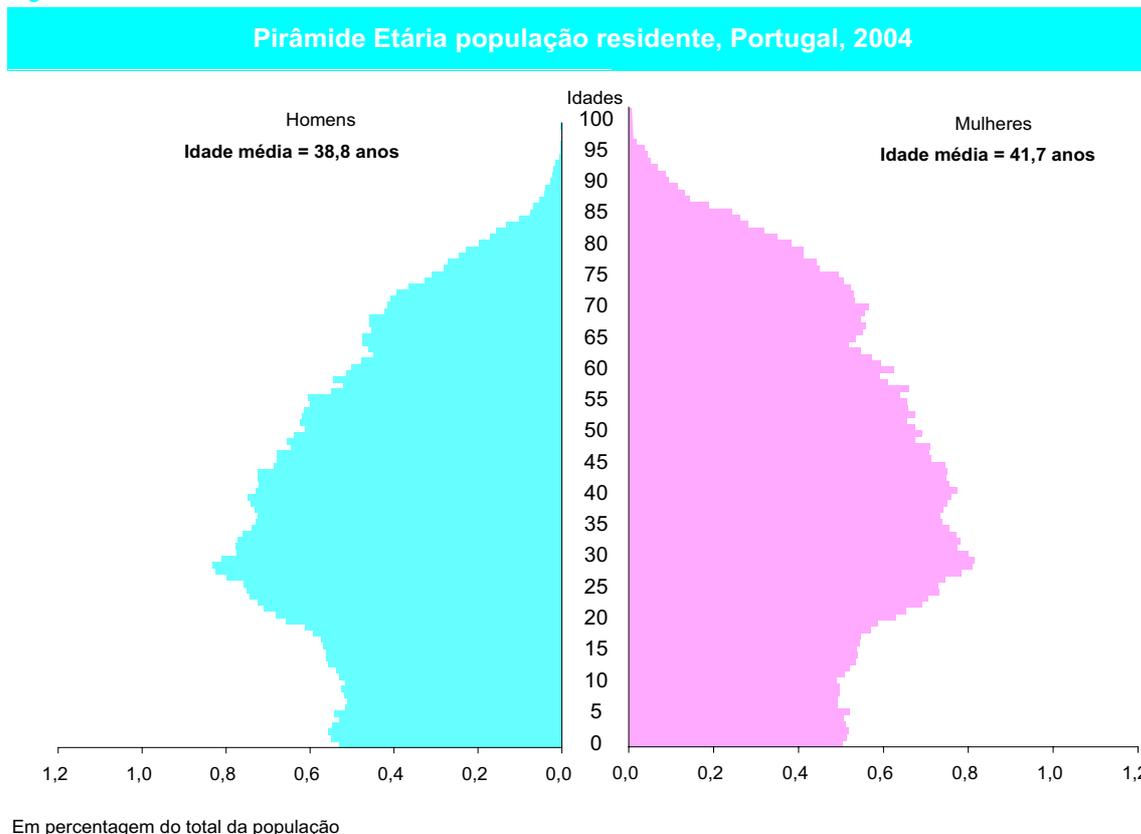
<sup>13</sup> Sobre esta temática ver Moreira, Humberto " Emigração Portuguesa ( Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas) neste número da RED

<sup>14</sup> A informação para 2004 não está disponível

## 7. Estruturas etárias e Envelhecimento

A pirâmide de Portugal evidencia a forte queda de fecundidade e o significativo aumento da esperança de vida.

Figura 11



Os ganhos alcançados em termos de esperança de vida induziram o aumento da idade média da população em cerca de 3,3 anos, que passou de 35,5 anos em 1991, para 38,8 anos, em 2004, nos homens, e de 38,2 anos para 41,7 anos nas mulheres. O cálculo da idade mediana permite eliminar os efeitos das idades extremas e estima-se, em 2004, em 37 anos para os homens e 40 anos para as mulheres.

Os desequilíbrios entre os efectivos masculinos e femininos nas idades avançadas, consequência da desigualdade perante a morte, anteriormente analisada, estão bem marcados no desenho da pirâmide.

O aumento conjuntural da natalidade verificado após 1995, é visível nas gerações mais recentes mas revela-se insuficiente para compensar o declínio da percentagem de jovens na população. Na realidade, os efeitos da queda da fecundidade são bastante duradouros e difíceis de recuperar e estão bem visíveis na redução da população jovem, que em 1994 tinha um peso relativo de 17,9 % na população total e em 2004 apenas 15,6 %.

Em oposição, a população em idade activa dos 15-64 anos, manteve a importância relativa entre 1994 e 2004, sendo de 67,3%, registando uma ligeira baixa comparativamente a 2003. Dentro da população em idade activa ou adulta, ressaltam duas dinâmicas de evolução opostas, com a população mais nova a baixar e a população mais velha a aumentar. De facto, a população em idade activa mais jovem (15-24 anos) desceu para 12,6% em 2004 (13,0% em 2003) enquanto a população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos cresceu para 54,7% (54,5% em 2003). Uma outra decomposição da população em idade activa mostra idêntica tendência: a população dos 15-44 anos desce 43,0 % em 2004 (de 43,3 % em 2003). Ao contrário, a população dos 45-64 anos, ou seja a população em idade activa mais velha, aumenta de 24,1% para 24,3% no mesmo período. Este comportamento evidencia o envelhecimento da população em idade activa.

A população idosa, ou seja, igual ou superior a 65 anos, representava no início do período de observação, cerca de 14,7 %, reforçou essa posição aumentando continuamente até atingir os 17,0% em 2004, proporção que ultrapassa a média estimada para UE25 (16,5%) referente ao mesmo ano. Dentro da população idosa, o crescimento é mais forte nos idosos mais velhos.

O envelhecimento está bem evidenciado na evolução do peso relativo da população com 75 ou mais anos que subiu 5,7 % em 1994 para 7,3%.em 2004. A tendência é mais acentuada entre as mulheres (6,8 % em 1994 e 8,8 % em 2004). A população desta faixa etária representa quase metade da população idosa.

A proporção dos mais idosos (80 ou mais anos) na população idosa em 2004 eleva-se a 22,8 % sendo 19,4% nos homens e 25,2 % nas mulheres reflectindo o fenómeno da sobremortalidade masculina, contra 18,5% e 24,2%, respectivamente para homens e mulheres, no ano anterior.

A estrutura etária da população portuguesa resulta das diferentes evoluções dos movimentos natural e migratório ao longo do período em observação, traduzida em uma nova distribuição dos grupos etários, com um número de pessoas idosas superior ao número de jovens, reflectida nos indicadores demográficos normalmente apresentados para medir o envelhecimento. Em 1994 por cada 100 jovens com menos de quinze anos havia cerca de 82 idosos, em 2004 o rácio eleva-se para 109 idosos.

Quadro 12

Estrutura por idades da população residente(%) e índices resumo, Portugal, 1993-2004												
Indicadores	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
0 - 14	18,4	17,9	17,5	17,1	16,8	16,5	16,2	16,0	15,9	15,8	15,7	15,6
15 - 64	67,2	67,3	67,5	67,6	67,7	67,7	67,7	67,6	67,6	67,5	67,4	67,3
65 e +	14,5	14,7	15,0	15,3	15,6	15,8	16,0	16,4	16,5	16,7	16,8	17,0
75 e +	5,5	5,7	5,9	6,0	6,2	6,4	6,5	6,8	6,9	7,0	7,2	7,3
80+	2,9	3,0	3,1	3,1	3,2	3,2	3,2	3,4	3,5	3,6	3,7	3,7
Índice de envelhecimento	78,7	82,1	85,8	89,2	92,7	95,9	98,8	102,2	104,2	105,5	106,8	108,7
Índice de dependência total	48,9	48,5	48,2	47,9	47,8	47,7	47,6	47,8	48,0	48,1	48,3	48,5
Índice de dependência jovens	27,4	26,6	25,9	25,3	24,8	24,3	24,0	23,6	23,5	23,4	23,3	23,2
Índice de dependência idosos	21,5	21,9	22,2	22,6	23,0	23,4	23,7	24,2	24,5	24,7	24,9	25,2

Fonte: Estimativas de População Residente aferidas com os resultados definitivos dos Censos 2001, tendo em conta os erros de cobertura dos Censos 1991 e 2001 e Estatísticas Demográficas.

A proporção é mais elevada no caso das mulheres devido à maior longevidade que possuem. O indicador passou de 98 idosas por cada 100 jovens em 1994, para 130 em 2004. Desde 1995 que as mulheres idosas ultrapassam em número as mulheres jovens.

Figura 12

Índice de Envelhecimento, Portugal, 2004

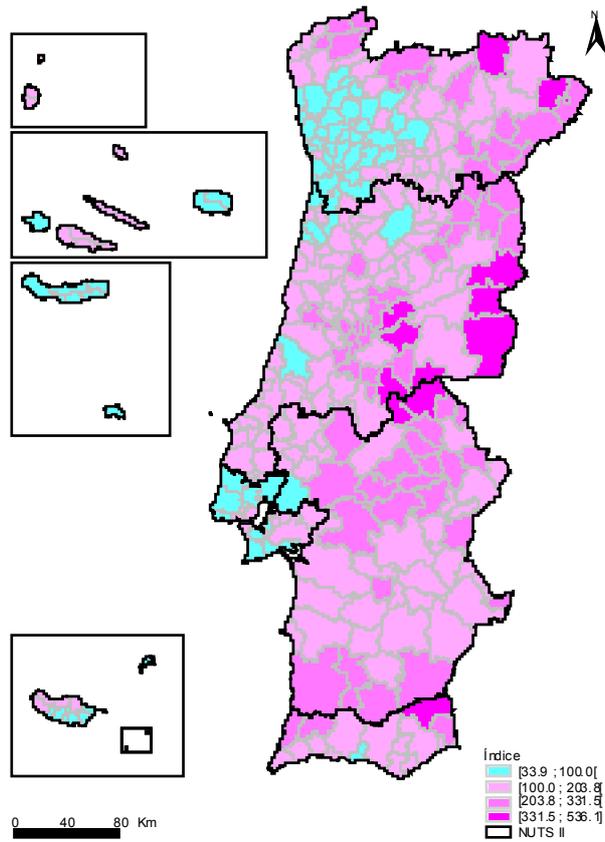
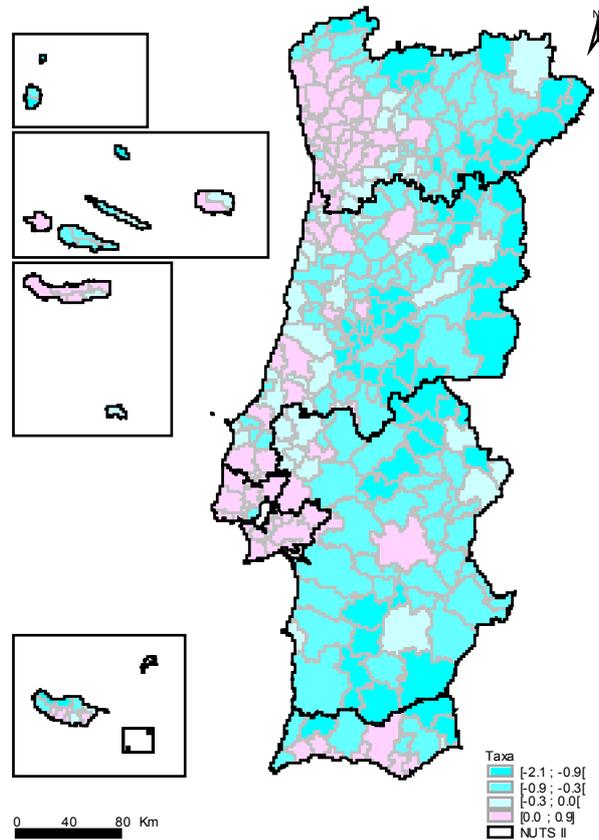


Figura 13

Taxa de crescimento natural, Portugal, 2004



A proporção entre a população em idade activa (15-64 anos) e a população dependente (com menos de quinze anos e com 65 ou mais anos) está expressa no índice de dependência total que se manteve nos 49 dependentes em 1994 e 2004. Este indicador contém duas evoluções opostas; uma descendente, a do índice de dependência de jovens que passou de 27 jovens a cargo para 23 e reflecte a baixa natalidade, e outra ascendente que se traduz num aumento do índice de dependência de idosos de 22 para 25, resultante do aumento da esperança de vida em idêntico período. O índice de dependência de idosos não cessa de aumentar e resulta sobretudo da acentuada queda de fecundidade, pois os ganhos no campo da mortalidade observam-se em todas as idades e em especial na mortalidade infantil.

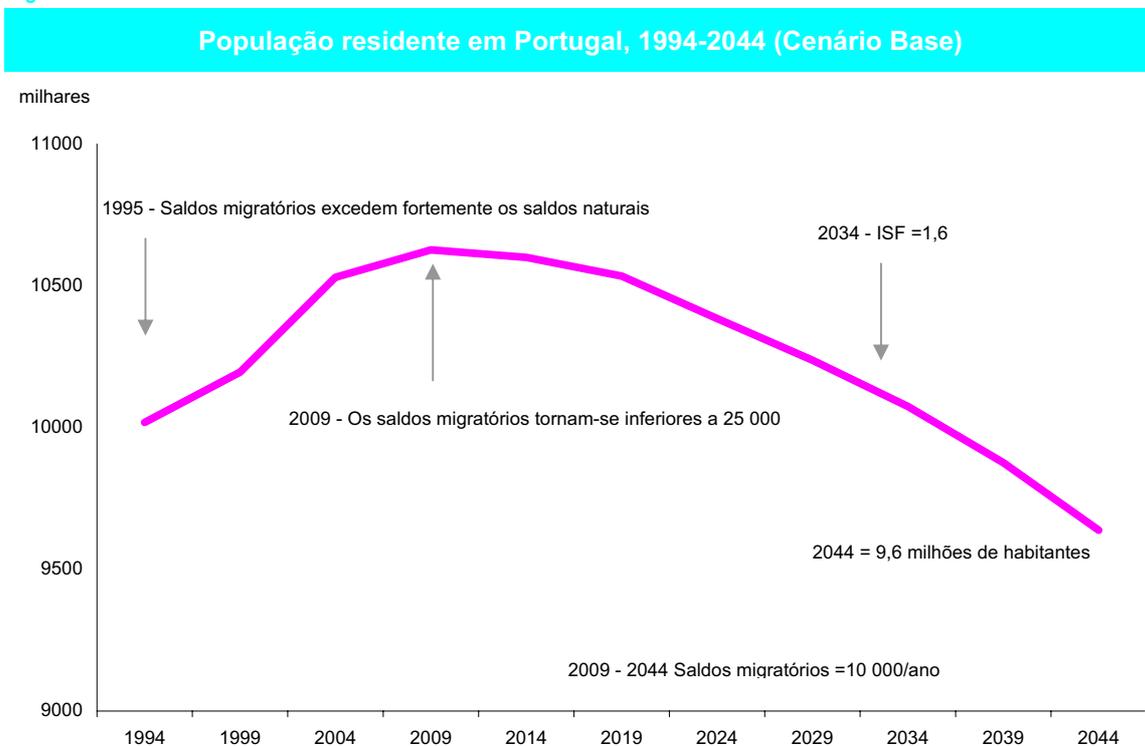
O índice de envelhecimento, que compara a população com 65 e mais anos com a população de idade inferior a 15 anos, assume diferentes evoluções demográficas a nível regional e é na Região Autónoma dos Açores que se encontra o valor mais baixo, consequência do facto de esta região só muito recentemente ter deixado de assegurar a substituição das gerações. O índice varia assim, em 2004 de 62 idosos por cada 100 jovens na Região Autónoma dos Açores a 183 idosos por cada 100 jovens no Alentejo. São as zonas onde a natalidade é mais elevada que têm os menores rácios.

Descendo a um nível geográfico mais fino, o município, as assimetrias regionais estão bem retratadas no índice de envelhecimento. Os valores do índice mais elevados correspondem às regiões do Pinhal Interior Sul, Beira Interior Sul e algumas zonas interiores do Alentejo e Algarve. Em oposição, os menores valores localizam-se nas zonas do Tâmega, Ave, Cávado, Entre Douro e Vouga e regiões autónomas. Aos municípios de Alcoutim, Vila Velha de Ródão e Penamacor, com 5 idosos por cada jovem, pertencem os níveis mais fortes. Câmara de Lobos e Ribeira Grande, ambos com 34, Paços de Ferreira (45) Lousada (46) detêm os valores mais baixos.

Da análise das figuras 12 e 13 facilmente ressalta que as manchas correspondentes aos níveis de envelhecimento mais fortes coincidem com as que representam as taxas de crescimento natural mais negativas.

As projecções de população residente assentes nos resultados definitivos dos Censos 2001 e nas tendências das variáveis demográficas apontam para um decréscimo da população residente, qualquer que seja o cenário escolhido<sup>15</sup>.

Figura 14



O *cenário base* conjuga subidas graduais dos níveis actuais de fecundidade e de esperança de vida com saldos migratórios sempre positivos com tendência para se reduzirem e tornarem constantes e iguais a 10 000 indivíduos por ano, a partir de 2009.

<sup>15</sup> INE (2003) Projeções de População Residente, 2000-2050, Lisboa.

Prevê-se que a população residente em 2044 diminua para 9 688,3 milhares de indivíduos, número bastante inferior ao de 1993. A proporção de população jovem reduzir-se-á a 13,0% e a população idosa aumentará para 30,0% agravando-se assim o processo de envelhecimento da população portuguesa bem expresso no índice de envelhecimento de 231 idosos por cada 100 jovens.

Mesmo num cenário de fecundidade alta, com um índice de fecundidade a atingir 1,92 criança por mulher a população situar-se-á em 10 265,2 milhares de indivíduos, a população idosa aumentará mais moderadamente (28,3%) e o índice fixar-se-á em 187 idosos por cada 100 jovens.

Esta evolução demonstra que a imigração pode retardar o envelhecimento demográfico, dada a maior juventude da sua população, mas não o resolve.

## Conclusões

Assiste-se em Portugal, a um crescimento contínuo da população, tendo o ritmo acelerado a partir do final dos anos noventa, para se tornar mais lento em 2004. Esta evolução resulta dos fortes fluxos de entrada no País, quer na forma de imigrantes com nacionalidade estrangeira quer na forma de regresso de portugueses. Desde 1994, que o saldo migratório excede largamente o saldo natural.

Há mais de vinte anos que a fecundidade é baixa, com um nível inferior ao exigido para substituir as presentes gerações de pais, ou seja, cerca de 2,1 crianças por mulher. A esperança de vida conhece ganhos significativos, sobretudo entre os homens, diminuindo a diferença da vida média entre homens e mulheres. As grandes mudanças na fecundidade e na mortalidade durante a segunda metade do século passado, aceleraram o processo de envelhecimento da população residente em Portugal. Desde 2000 que a proporção de pessoas idosas excede a de população jovem. Dentro da população idosa, maioritariamente feminina, o ritmo de crescimento é mais forte na mais idosa.

O declínio da mortalidade infantil e adulta, a maior autonomia da mulher, a dificuldade em conciliar vida familiar e profissional e a maior acessibilidade a métodos contraceptivos seguros, são factores que pesam na decisão de ter filhos, e no seu espaçamento. O ingresso tardio dos jovens no mercado de trabalho, devido à maior escolarização, e conseqüente dependência das gerações mais novas às mais idosas são factores igualmente decisivos sobre o número de filhos a ter. A criação do sistema de segurança social conferiu maior independência às pessoas idosas e os esquemas de pensões de reforma separaram a função de procriar da de sustentar os pais na velhice.

Nascem cada vez menos crianças, os filhos dos imigrantes ganham peso no número anual de nascimentos, o filho único é a opção predominante, a proporção de nascimentos com coabitação dos pais eleva-se, os pais são mais velhos e escolhem com maior frequência a união de facto como forma de conjugalidade, e divorciam-se mais. No que se refere ao padrão da fecundidade, a maternidade depois dos trinta é mais frequente e a das adolescentes mantêm-se elevada, apesar de se ter reduzido substancialmente.

Portugal tornou-se recentemente um país de imigração, tendo os países de origem dos fluxos diversificado, mas permanece um país de emigração, sobretudo de natureza temporária. O sentido que os fluxos migratórios assumirem no futuro determinam o maior ou menor grau de envelhecimento demográfico, pois a manutenção da fecundidade a níveis inferiores ao da substituição das gerações parece irreversível.

A fixação de população com nacionalidade estrangeira representa um papel relevante no desenho da pirâmide de idades do país e na repartição por sexo. Como a estrutura etária dos imigrantes é geralmente mais jovem do que a da população de acolhimento, concentrando-se sobretudo nas idades activas, a entrada de imigrantes pode atenuar o envelhecimento. Contudo, é conhecido, que o efeito sobre a composição de idades da população é mais modesto do que a baixa da fecundidade, pois os imigrantes tendem a adoptar os padrões de fecundidade e mortalidade das sociedades de acolhimento, e eles próprios envelhecem. A predominância masculina nos fluxos de entrada tem enfraquecido.

As projecções disponíveis no INE apontam para a diminuição da população e para a progressão do fenómeno do envelhecimento, mesmo na hipótese de os níveis de fecundidade aumentarem e os saldos migratórios continuarem positivos.

O envelhecimento demográfico e a imigração são os grandes desafios que a sociedade portuguesa enfrenta e para os quais se tem que encontrar respostas de modo a garantir uma sociedade inclusiva para todos.

## Referências Bibliográficas

- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2004) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 34, pp 127-151, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e GONÇALVES, Cristina (2004) “Dinâmicas Territoriais do Envelhecimento”, Revista Estudos Demográficos n.º 34, pp 175 -191, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2004) “Tábuas de Mortalidade em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 34, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2003) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 34, INE, Lisboa
- CARRILHO, Maria José (2002) “ Os Imigrantes no Processo de Envelhecimento em Portugal” A Europa, o Desafio Demográfico e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, actas do Debate no Centro Cultural de Belém, Parlamento Europeu, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2002) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 32, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José (1993) “O Processo de Envelhecimento em Portugal: Que Perspectivas...?”, Revista Estudos Demográficos n.º 31, INE, Lisboa.
- CHESNAIS, Jean-Claude (s.d.), *La Démographie*, Que sais-je ?, Presses Universitaires de France, Paris.
- CONSEIL DE L'EUROPE (2004), *Evolution Démographique Récente en Europe 2003*, Editions du Conseil de l'Europe, Strasbourg.
- DECP/Serviço de Estudos sobre a População (2002) “O Envelhecimento em Portugal - Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas”, Revista Estudos Demográficos n.º 32, INE, Lisboa.
- EUROSTAT, *Statistics in Focus – Population and Social Conditions*, 15/2005, Luxembourg.
- INE (2005), *Estimativas Provisórias de População Residente, 2004, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Sociais, Lisboa.
- INE (2004), *Estimativas Provisórias de População Residente, 2003, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- INE (2003), *Estimativas Provisórias de População Residente, 2001-2002, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- INE (2003), *Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000, Portugal, NUTS II; NUTS III e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- INE (2001), *Mulheres e Homens em Portugal nos Anos 90*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- INE (1999), “**As Gerações Mais Idosas**”, Série Estudos n.º 83, Instituto Nacional de Estatística - Gabinete de Estudos e Conjuntura, Lisboa.
- INE, *Estatísticas Demográficas*, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.
- INE, *Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001*, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.
- LECAILLON, Jean-Didier (1992), *Démographie Économique – Analyse des Ressources Humaines*, Éditions Litec, Paris.
- NAZARETH, J. Manuel (1996), *Introdução à Demografia – Teoria e Prática*, Editorial Presença, Lisboa.
- PRESSAT, Roland (1972), *Démographie Statistique*, Presses Universitaires de France, Paris.
- SAUVY, Alfred (1984), *La Population*, Que sais-je ?, 14ª edição, Presses Universitaires de France, Paris.
- TRIBALAT, Michèle (1996) in Chronique de l'Immigration, Population, n.º1, 1996, INED, Paris.
- SHRYOCK, Henry S., SIEGEL, Jacob (1976), *The Methods and Materials of Demography*, Academic Press Inc., Washington DC.